



Macaronesian Maritime Spatial Planning

“3^o WORKSHOP DE ENVOLVIMENTO DE INTERESSADOS NO PROCESSO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO DOS AÇORES – RESULTADOS”

(3rd Stakeholders Involvement Workshop in the Process of Maritime Spatial Planning in the Azores – Results)

MarSP Deliverable:

D.2.2. Local and Regional Stakeholder Workshops

Workshop 3 – Azores

Dezembro 2019



Coordinated by



Funded by



Partners



WP name	WP2. Mapping the current conditions and creating a vision for the MSP in Macaronesia
Task name	Task 2.1. Stakeholders engagement
Deliverable Name	Deliverable 2.2. Local and Regional Stakeholder Workshops
Due Date of deliverable	2019.11.30
Actual submission Date	2019.12.28
Citation	Vergílio M, Pegorelli C, Kramel D, Hipólito C, Silva A, Calado H. 2019. 3º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores – Resultados. Deliverable - D.2.2. Azores, under the WP2 of MarSP: Macaronesian Maritime Spatial Planning project (GA nº EASME/EMFF/2016/1.2.1.6/03SI2.763106).

Document Information	
Document Name	3º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores – Resultados
Document ID	D.2.2
Version	2
Version Date	2019.12.28
Author(s)	Marta Vergílio, Camila Pegorelli, Diogo Kramel, Cláudia Hipólito, Aida Silva, Helena Calado
Dissemination Level:	Public

History			
Version	Date	Modification	Author(s)
1	2019.11.19	First draft version delivered to DRAM and FRCT	Marta Vergílio, Camila Pegorelli, Diogo Kramel, Cláudia Hipólito, Helena Calado
2	2019.12.19	Revision from DRAM	Aida Silva
3	2019.12.28	Final version delivered to DRAM and FRCT	Marta Vergílio

Sumário

O presente relatório corresponde ao Deliverable 2.2. “Local and Regional Stakeholder Workshops”, integrado no Work Package 2 “Mapping the current conditions and creating a vision for the Maritime Spatial Planning in Macaronesia”, do projeto “Macaronesian Maritime Spatial Planning” (MarSP).

Este documento apresenta os resultados do terceiro Workshop de envolvimento de atores, desenvolvido na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do projeto MarSP. O Workshop, intitulado “MarSP 3º Workshop de Envolvimento de Interessados no processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores”, decorreu em simultâneo em três ilhas do arquipélago (São Miguel, Terceira e Faial), no dia 9 de outubro de 2019. Na ilha do Faial, contudo, este Workshop foi integrado na Conferência Internacional *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, realizada entre os dias 7 e 10 de Outubro.

Summary

This report corresponds to the Deliverable 2.2. “Local and Regional Stakeholder Workshops”, integrated in Work Package 2 “Mapping the current conditions and creating a vision for the Maritime Spatial Planning in Macaronesia”, of the project “Macaronesian Maritime Spatial Planning” (MarSP).

This document presents the results of the third Workshop of involvement of stakeholders developed in the Autonomous Region of the Azores, under the MarSP project. The Workshop, entitled “3rd Workshop of Involvement of Stakeholders in the Process of Maritime Spatial Planning in the Azores”, was held simultaneously in three islands of the Azores archipelago (São Miguel, Terceira and Faial), on the 9th of October 2019. In Faial Island, however, this Workshop was integrated in the International Conference *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, held between the 7th and the 10th of October.

Sumário

Enquadramento - O projeto MarSP	10
O Workshop	11
Estrutura	12
Resultados	15
Identificação dos Participantes	15
Dinâmicas	18
Dinâmica 1	18
Dinâmica 2	25
Dinâmica 3	41
Dinâmica 4	55
Considerações Finais	63
Agradecimentos	64

Lista de figuras

Figura 1. Hotel <i>The Lince</i> Açores: local de realização do Workshop na ilha de São Miguel.	12
Figura 2. Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo: local de realização do Workshop na ilha Terceira.	12
Figura 3. Sociedade Amor da Pátria: local de realização do Workshop na ilha do Faial.	12
Figura 4. Número total e percentagem de participantes por ilha (São Miguel, Terceira e Faial).	15
Figura 5. Participantes do Workshop nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.	16
Figura 6. Tipo de entidades por ilha e totais (A1 e A2) e tipo de setores por ilha e totais (B1 e B2) representados no Workshop.	17
Figura 7. Análise individual e em grupo da cartografia das restrições e condicionantes.	19
Figura 8. Análise individual e em grupo da cartografia da situação atual.	26
Figura 9. Número de contributos dos participantes (A) por ilha e por (B) grupo de discussão (G1: pescas, aquacultura e recursos minerais não metálicos; G2: investigação científica e biotecnologia marinha e conservação ambiental e AMP; G3: portos e marinas, navegação e transportes marítimos, património cultural subaquático e turismo costeiro e marítimo).	56
Figura 10. Número de contributos dos participantes por setor de atividade (o número de comentários é inferior aos da Figura 9 por não contabilizar propostas de boas práticas repetidas).	57

Lista de tabelas

Tabela 1. Agenda do 3º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, de 9 de outubro de 2019.	14
Tabela 2. Comentários gerais dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira).	20
Tabela 3. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes ao arquipélago dos Açores, por grupo de discussão.	20
Tabela 4. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Pico e São Jorge, por grupo de discussão.	22
Tabela 5. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha do Faial, por grupo de discussão.	22
Tabela 6. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Corvo e Flores, por grupo de discussão.	23
Tabela 7. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha de São Miguel, por grupo de discussão.	23
Tabela 8. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes ao arquipélago dos Açores, por grupo de discussão.	26
Tabela 9. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Pico e São Jorge, dividido por grupo de discussão.	29

Tabela 10. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha de São Miguel, dividido por grupo de discussão.	31
Tabela 11. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas de Santa Maria e Formigas, dividido por grupo de discussão.	33
Tabela 12. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Terceira, dividido por grupo de discussão.	35
Tabela 13. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha do Faial, dividido por grupo de discussão.	36
Tabela 14. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Corvo e Flores, dividido por grupo de discussão.	39
Tabela 15. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Graciosa, dividido por grupo de discussão.	39
Tabela 16. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes ao arquipélago dos Açores, dividido por grupo de discussão.	42
Tabela 17. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha do Faial, dividido por grupo de discussão.	45
Tabela 18. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas das Flores e Corvo, dividido por grupo de discussão.	47
Tabela 19. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Pico e São Jorge, dividido por grupo de discussão.	48
Tabela 20. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas de Santa Maria e Formigas, dividido por grupo de discussão.	51
Tabela 21. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Terceira, dividido por grupo de discussão.	51
Tabela 22. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha de São Miguel, dividido por grupo de discussão.	52
Tabela 23. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Graciosa, dividido por grupo de discussão.	55
Tabela 24. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores com aplicação a vários setores ou a nenhum especificamente.	57
Tabela 25. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para os setores da pesca e aquacultura.	58
Tabela 26. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor dos recursos minerais não metálicos.	59
Tabela 27. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor dos portos e marinas.	59
Tabela 28. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor da navegação e dos transportes marítimos.	60
Tabela 29. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor do turismo costeiro e marítimo.	60
Tabela 30. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para os setores da investigação científica e biotecnologia.	61
Tabela 31. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o património cultural subaquático.	62

Tabela 32. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, no âmbito da conservação ambiental e das Áreas Marinhas Protegidas. 62

Lista de acrónimos

C	Conflito
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AMP	Área Marinha Protegida
AP	Áreas Protegidas
DQEM	Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha”
DRAM	Direção Regional dos Assuntos do Mar
EBSA	Ecologically or Biologically Significant Marine Areas
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EU	União Europeia
FLO	Ilha das Flores
FRCT	Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia
G1	Grupo de discussão 1 (pescas, aquacultura e recursos minerais não metálicos)
G2	Grupo de discussão 2 (investigação científica e biotecnologia marinha e conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas)
G3	Grupo de discussão 3 (portos e marinas, navegação e transportes marítimos, património cultural subaquático e turismo costeiro e marítimo)
GES	Good Environmental Status (Bom Estado Ambiental)
GRA	Ilha da Graciosa
GRA	Governo Regional dos Açores
IBA	Important Biodiversity Areas
IMO	International Maritime Organization
ISPS	International Ship and Port Facility Security
MarSP	Macaronesian Maritime Spatial Planning
MPA	Marine Protected areas
MSP	Maritime Spatial Planning
NEAFC	<i>North East Atlantic Fisheries Commission</i> (Comissão para as Pescas do Atlântico Nordeste)
OEM	Ordenamento do Espaço Marítimo
OEMA	Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores
ONG	Organização Não Governamental
OSPAR	The Convention for the Protection of the Marine Environment of the North-East Atlantic
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PSOEM	Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo
PSSA	Particularly Sensitive Sea Areas
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAMSAR	Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat
S	Sinergia
SMA	Ilha de Santa Maria
SMG	Ilha de São Miguel
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo de Aves
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
TER	Ilha Terceira
UAç	Universidade dos Açores
VME	Vulnerable Marine Ecosystems
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZPE	Zona de Proteção Especial

Enquadramento - O projeto MarSP

O projeto “*Macaronesian Maritime Spatial Planning*” (MarSP) tem como principal objetivo estabelecer ações concretas para os Estados-Membros da União Europeia (EU) - Portugal e Espanha -, desenvolverem as capacidades e ferramentas necessárias para aplicarem, na região da Macaronésia, a Diretiva 2014/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que estabelece um quadro para o Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM), integrando mecanismos de cooperação transfronteiriça.

Algumas regiões na Europa já desenvolveram os seus processos de OEM, maioritariamente na Europa continental. As particularidades da região da Macaronésia, como o isolamento e as características oceânicas, condicionam o desenvolvimento de metodologias adaptadas às especificidades destes territórios marítimos e insulares. Como tal, este projeto tem como propósito propor ferramentas de gestão e abordagens de OEM nas três regiões ultraperiféricas da Macaronésia, designadamente nos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias, de acordo com o disposto na Diretiva 2014/89/UE. O desenvolvimento de uma metodologia de trabalho para o OEM, a aplicar a nível regional, facilitará também o intercâmbio das experiências e desafios do planeamento.

O MarSP procura, assim, reforçar a posição da Macaronésia no contexto global, tendo em consideração o reconhecido potencial económico da extensa área marítima que inclui, bem como as exigências crescentes dos diferentes setores da Economia Azul e as atividades potenciais que possam representar ameaças aos ecossistemas marinhos (e.g. exploração de recursos minerais em mar profundo e perfuração e prospeção de recursos). O projeto pretende ainda reforçar a cooperação transfronteiriça entre os dois países e desenvolver uma plataforma geoespacial de abrangência Europeia, norteadas pelos princípios da Diretiva INSPIRE, que promova a interoperabilidade e partilha de dados entre os Estados-Membros.

Framework

The Project “*Macaronesian Maritime Spatial Planning*” (MarSP) aims to establish specific actions for European Member States – Portugal and Spain, to develop their capacity and tools in order to apply on the Macaronesia region the Directive 2014/89/UE of the European Parliament and Council from the 23 July, 2014, establishing the framework for Maritime Spatial Planning (MSP), integrating cross border cooperation mechanisms.

Some European Regions have developed their MSP processes, mainly in continental Europe. The specific context of the Macaronesia region, due to its isolation and oceanic features, constrain the development of tailored methodologies to the insular and maritime territory. As such, this project will propose management tools and approaches to MSP on the three outermost regions of Macaronesia - the archipelagos of Azores, Madeira and Canary Islands -, according to the Directive 2014/89/UE. The development of a working methodology for MSP at the Macaronesia level will facilitate the exchange of experiences and knowledge.

Therefore, MarSP seeks to reinforce the Macaronesia position at the global context considering the economic potential of the extensive maritime area under EU countries jurisdiction, including the growing demands of different Blue Economy Sectors and potential/unknown threats to marine ecosystems (as is the case of deep sea mining). The project aims to reinforce cross border cooperation between the two countries and to develop a geospatial platform guided by the principles of the INSPIRE Directive promoting data sharing between Member States.

O Workshop

Com o projeto MarSP surgiu a oportunidade de alavancar o processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (OEMA), que decorre como um processo transparente e inclusivo, com o envolvimento e participação ativa dos cidadãos e, em especial, das partes interessadas. Nesse sentido, todos os interessados foram convidados a participar no 3º Workshop de Envolvimento de Interessados no processo de OEMA, assumindo-se que as barreiras impostas pela dispersão geográfica do arquipélago podem ser reduzidas pela realização simultânea do Workshop em três ilhas: São Miguel, Terceira e Faial. Em sinergia com o projeto MarSP, o Workshop no Faial foi integrado na Conferência Internacional *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, organizada em colaboração com a Direção Regional das Pescas (DRP), que decorreu entre os dias 7 e 10 de outubro de 2019.

Até à data, realizaram-se já os 1º e 2º workshops de envolvimento de interessados, que resultaram na definição da visão, objetivos e cenários futuros para o OEMA, e na análise das tendências de evolução das várias atividades e setores marítimos, das pressões e dos conflitos e sinergias entre atividades, interações terra-mar e impactes no meio ambiente. Os relatórios destes workshops foram disponibilizados no site do projeto MarSP (<http://www.marsp.eu/results>). Através de entrevistas setoriais aos atores locais, foi recolhida informação que contribuiu para mapear a situação atual e potencial para os setores da pesca, aquacultura, recursos minerais não metálicos, navegação e transporte marítimo, portos e marinas, turismo costeiro e marítimo, investigação científica e biotecnologia marinha, património cultural subaquático e das áreas da conservação ambiental e áreas marinhas protegidas (AMP).

Este 3º workshop teve por objetivo principal a discussão e validação das propostas de espacialização setorial da situação existente e potencial relativa aos diversos usos e atividades no espaço marítimo, incluindo as condicionantes, restrições e servidões administrativas. Este foi, também, uma oportunidade para partilhar boas práticas e debater medidas de compatibilização destes usos. As Dinâmicas foram exercícios exploratórios, cujos contributos servirão para apoiar a decisão no âmbito do desenvolvimento do Plano de Situação do OEMA numa fase posterior. A cartografia que foi apresentada resultou da informação geográfica disponível relativa aos usos/atividades e às condicionantes, restrições e servidões administrativas, derivadas de fontes oficiais e de diplomas legais. As propostas de espacialização da situação existente e potencial de cada um dos setores foram também resultado da compilação da informação recolhida junto dos atores setoriais durante entrevistas. As versões originais dos mapas apresentados encontram-se em repositório nas instalações da Direção Regional dos Assuntos do Mar, disponíveis para consulta.

The Workshop

The 3rd Workshop of Involvement of Stakeholders in the Process of MSP in the Azores aimed to present, discuss and validate the spatial distribution of each identified maritime sector, as well as the legal constraints in the Azores maritime space. The spatial distribution presented to stakeholders resulted from official sources and legal diplomas, as well as sectoral interviews conducted previously to the workshop. The main objective of these interviews was the characterization of the identified maritime sectors – fisheries, aquaculture, non-metallic mineral resources, navigation and maritime transports, ports and marinas, coastal and maritime tourism, scientific research and biotechnology, underwater cultural heritage and environmental conservation and Marine Protected Areas. This Workshop was also an opportunity to share and discuss sectoral good practices, which will contribute to support, at a later stage, the development of the MSP process in the Azores.

Estrutura

O 3^o Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores decorreu a 9 de outubro de 2019, no Hotel *The Lince* Açores (Figura 1), em Ponta Delgada (São Miguel); no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo (Figura 2), em Angra do Heroísmo (Terceira); e na Sociedade Amor da Pátria (Figura 3), na Horta (Faial).



Figura 1. Hotel *The Lince* Açores: local de realização do Workshop na ilha de São Miguel.



Figura 2. Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo: local de realização do Workshop na ilha Terceira.



Figura 3. Sociedade Amor da Pátria: local de realização do Workshop na ilha do Faial.

Devido à integração do 3^o Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores na Conferência Internacional *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, a agenda na ilha do Faial apresentou diferenças relativamente a São Miguel e Terceira (Tabela 1). Enquanto em São Miguel e na Terceira os trabalhos iniciaram-se imediatamente com a apresentação dos objetivos do workshop e com as dinâmicas de discussão, no Faial, o dia iniciou-se com uma sessão de palestras acerca do OEM, com intervenientes internacionais, tendo as dinâmicas de discussão do 3^o Workshop de Envolvimento de Interessados começado após esta sessão. Apesar disso, a duração do workshop não diferiu significativamente, com a duração de aproximadamente 8 horas nas três ilhas, tendo havido ajustes na duração de cada dinâmica de discussão e no horário de término do workshop.

À semelhança dos workshops anteriores, e de forma a assegurar a uniformização do programa do workshop nas três ilhas, para posterior integração e comparação de resultados, foram previamente

preparadas gravações com as explicações das diferentes dinâmicas de discussão por membros da equipa organizadora.

Structure

The Workshop took place on the 9th of October 2019 in three Azorean Islands (São Miguel, Faial and Terceira). In Faial Island, due to its integration in the International Conference *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, the agenda for Faial and São Miguel/Terceira presented some differences. In São Miguel and Terceira, the working day started with the presentation of the objectives for the day and the discussion dynamics; while in Faial, the working day started with a few speakers addressing MSP and, after, the discussion dynamics.

Similarly to previous workshops, and to assure results comparative analysis and integration, the instructions for each dynamic were previously recorded and presented in the three islands.

Tabela 1. Agenda do 3º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, de 9 de outubro de 2019.

SÃO MIGUEL/ TERCEIRA	
9:00-09:30	Inscrição e receção aos participantes
09:30-09:35	Sessão de abertura Filipe Porteiro , Diretor Regional dos Assuntos do Mar
09:35-09:45	Dinâmica e objetivos do workshop Helena Calado , Universidade dos Açores
09:45-10:50	Dinâmica 1: Validação da cartografia das CONDICIONANTES
10:50-11:15	Coffee break
11:15-12:45	Dinâmica 2: Validação da cartografia setorial ATUAL
12:45-14:00	Almoço
14:00-15:30	Dinâmica 3: Validação da cartografia setorial POTENCIAL
15:30-	Coffee break
15:35-16:35	Dinâmica 4: Discussão de BOAS PRÁTICAS setoriais
16:35-17:00	Partilha de resultados entre as três ilhas (D1, D2, D3)
17:00-17:05	Sessão de encerramento do workshop

FAIAL	
09:00-09:05	Apresentação do programa para o ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) Filipe Porteiro , Diretor Regional dos Assuntos do Mar
09:05-09:20	MSP fundamentals: worldwide status, trends & best practices Ivana Lukic , s.Pro - sustainable projects GmbH/ European MSP Platform
09:20-09:35	MSP from theory to practice: current priorities, challenges, lessons learned & future steps David Johnson , Seascope Consultants (UK)/ Maria Adelaide Ferreira , MARE-FCUL
09:35-09:50	Integrated coastal management and ecosystem based approach in practice Will McClintock , Marine Science Institute, UCSB (USA)
09:50-10:20	Sessão de discussão Moderadora: Helena Calado , Universidade dos Açores
10:20-10:35	Coffee break
10:35-10:45	O processo de OEM dos Açores Gilberto Carreira , Direção Regional dos Assuntos do Mar
10:45-10:55	A Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Situação do OEM Lisa Sousa , Universidade de Aveiro
10:55-18:00	3º Workshop de envolvimento de interessados no processo de OEM dos Açores
10:55-11:00	Dinâmica e objetivos do workshop Helena Calado , Universidade dos Açores
11:00-12:00	Dinâmica 1: Validação da cartografia das CONDICIONANTES
12:00-13:00	Dinâmica 2: Validação da cartografia setorial ATUAL
13:00-14:00	Almoço
14:00-14:45	Dinâmica 2: Validação da cartografia setorial ATUAL (cont.)
14:45-16:20	Dinâmica 3: Validação da cartografia setorial POTENCIAL
16:20-16:35	Coffee break
16:35-17:00	Partilha de resultados entre as três ilhas (D1, D2, D3)
17:00-18:10	Dinâmica 4: Discussão de BOAS PRÁTICAS setoriais
18:10-18:15	Sessão de encerramento do workshop

Resultados

Identificação dos Participantes

O Workshop contou com a presença de um total de 78 participantes, distribuídos pelas três ilhas (Figura 4 e Figura 5). Foram constituídos grupos de discussão/trabalho comuns às três ilhas e que reuniram vários setores de atividades:

Grupo de discussão 1 (G1): pescas, aquacultura e recursos minerais não metálicos;

Grupo de discussão 2 (G2): investigação científica e biotecnologia marinha e conservação ambiental e AMP;

Grupo de discussão 3 (G3): portos e marinas, navegação e transportes marítimos, património cultural subaquático e turismo costeiro e marítimo.

Em cada uma das ilhas, os participantes foram distribuídos por mesas, tendo sido o critério de distribuição, sempre que possível, o setor de proveniência do participante. Considerando o menor número de participantes em São Miguel e na Terceira, os participantes foram distribuídos por três mesas, cada uma constituindo um dos grupos de discussão. No Faial, com um número de inscrições superior, os participantes foram distribuídos por oito mesas, divididas entre três salas. Cada sala constituiu um grupo de discussão, sendo que o G1 e o G2 contaram, cada um, com três mesas e o G3 contou com duas mesas. Em cada um dos grupos de discussão/mesa, os participantes foram acompanhados e orientados por um ou mais moderadores que acompanharam e registaram notas e comentários.

Comparativamente com o 2º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, não se verificaram alterações ao número total de participantes. É de assinalar, no entanto, que o facto do 3º Workshop ter sido integrado na Conferência Internacional torna difícil a análise se o número total de participantes seria o mesmo, no caso de não ter ocorrido essa integração, uma vez que o Faial contou com participantes de São Miguel, da Terceira e, naturalmente, externos aos Açores.

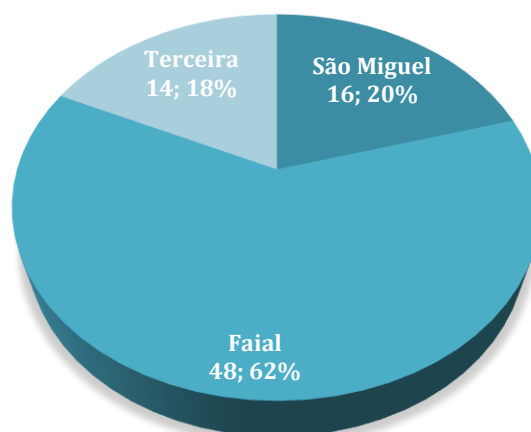


Figura 4. Número total e percentagem de participantes por ilha (São Miguel, Terceira e Faial).

SÃO MIGUEL



TERCEIRA



FAIAL



Figura 5. Participantes do Workshop nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Nas três ilhas estiveram presentes participantes de diferentes tipos de entidades, nomeadamente da administração regional e local, do setor público, de associações e organizações não governamentais (ONG), de empresas privadas e do ensino e investigação (Figura 6 A1 e A2). Destaca-se, no Faial, a presença maioritária de representantes de associações e de entidades de ensino e centros de investigação.

Estiveram também representados, nas três ilhas, vários setores, nomeadamente as pescas, o turismo, a investigação científica, a navegação e o transporte marítimo, a energia e o setor portuário contando-se ainda participantes dos domínios do ambiente e conservação (Figura 6 B1 e B2). Na ilha do Faial destaca-se a representação dominante dos setores da investigação e das pescas, possivelmente devido à integração deste workshop na Conferência Internacional que teve um forte enfoque no setor da pesca e das AMP. A representação setorial nas ilhas Terceira e de São Miguel foi mais equilibrada, sendo apenas de assinalar a ausência de representantes do ambiente e conservação na ilha Terceira.

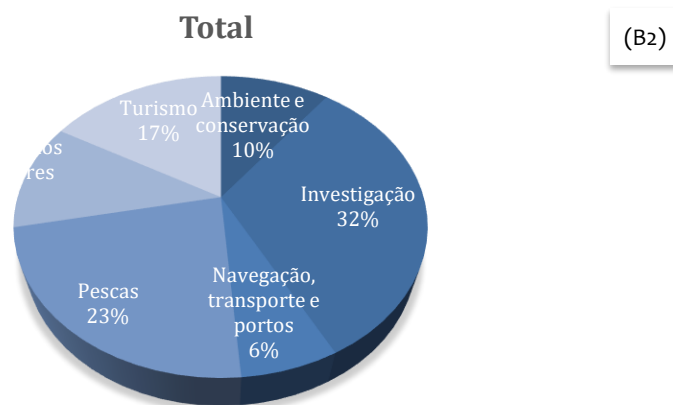
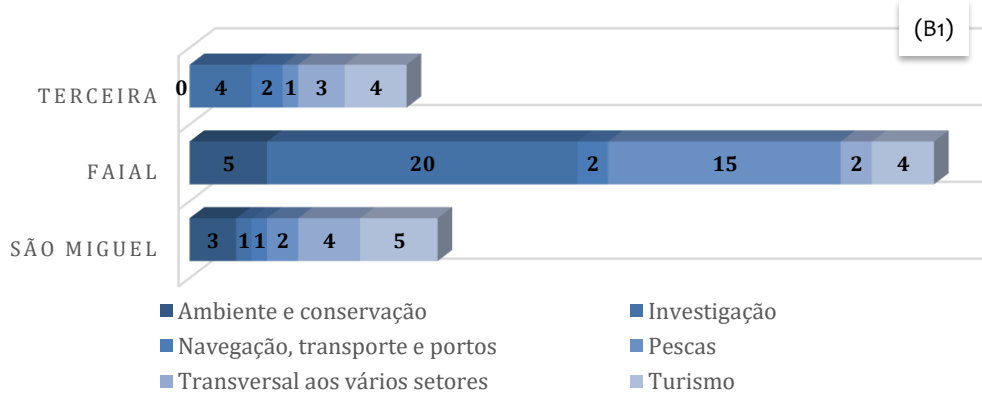
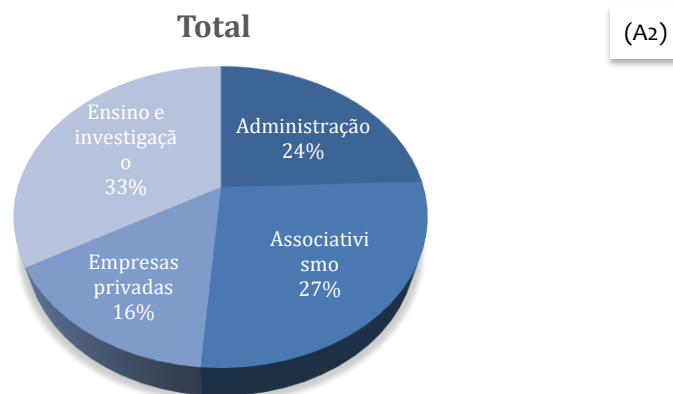
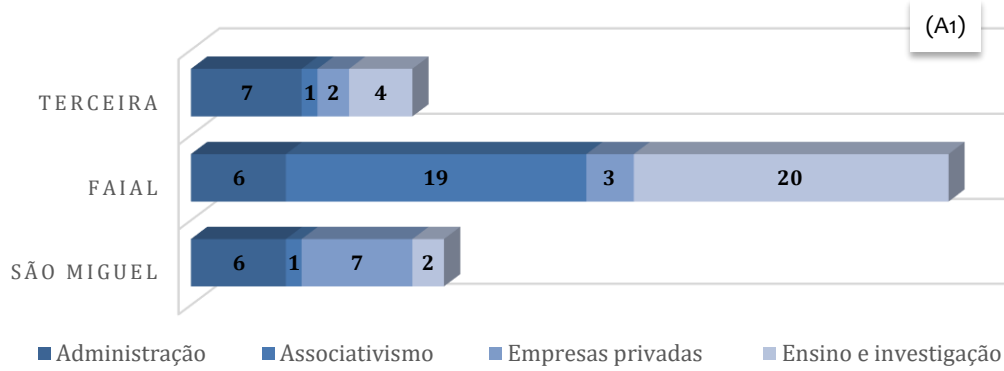


Figura 6. Tipo de entidades por ilha e totais (A1 e A2) e tipo de setores por ilha e totais (B1 e B2) representados no Workshop.

Neste terceiro workshop, o número total de participantes não variou. As principais alterações verificadas, relativamente ao workshop anterior, prenderam-se essencialmente com a integração do workshop na Conferência Internacional *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, com um decréscimo de participantes nas ilhas Terceira e São Miguel e um acréscimo na ilha do Faial.

Cada grupo de discussão incluiu um grupo de participantes representantes dos vários setores de atividade, possibilitando que, de uma forma geral, estivessem representados os principais setores marítimos da Região e que participassem da discussão não só a administração pública, mas também a iniciativa privada, o associativismo, o poder local e centros de investigação.

O número de participantes, quando comparado com o número total de potenciais atores regionais, sugere a necessidade de reforçar os esforços para o envolvimento dos atores locais no processo de OEM e para a promoção da sua participação.

In this third workshop, the total number of participants did not varied. The most significant changes, compared to the previous workshop, were mainly related to the integration of the workshop into the International Conference *Ocean Governance in Archipelagic Regions*, with a decrease of participants in Terceira and São Miguel islands and an increase in Faial island.

Each discussion group included a group of participants representing the various sectors of activity, enabling the general maritime sectors of the Region to be represented; Not only had the public administration, but also the private sector, associations, local government and research centres participated in the discussions.

The total number of participants, when compared to the total number of potential regional stakeholders, suggests the need to strengthen efforts to involve local stakeholders in the regional MSP process and to promote their participation.

Dinâmicas

No decorrer do Workshop e durante as sessões de discussão, foram propostas e desenvolvidas quatro Dinâmicas distintas:

- Dinâmica 1 – Validação da cartografia das restrições e condicionantes;
- Dinâmica 2 – Validação da cartografia setorial atual;
- Dinâmica 3 – Validação da cartografia setorial potencial;
- Dinâmica 4 – Discussão de boas práticas setoriais.

Dinâmica 1

A Dinâmica 1, “Validação da cartografia das restrições e condicionantes”, teve como objetivo discutir e validar a cartografia das restrições legais e condicionantes a que estão sujeitos cada um dos setores-alvo de cada grupo de trabalho. A cartografia das restrições e servidões administrativas e das condicionantes resultou essencialmente de fontes oficiais e de diplomas legais. Incluiu também informação sobre

determinados usos do espaço marítimo que condicionam os setores identificados nos grupos de trabalho (e.g. infraestruturas como cabos submarinos, etc.).

Em cada uma das ilhas, foi disponibilizada aos participantes, fixada nas paredes, cartografia das restrições e condicionantes com representação à escala do arquipélago e à escala de cada uma das ilhas. Foi solicitado aos participantes que, inicialmente, fizessem uma análise individual dessa mesma cartografia e que depois discutissem no seu grupo (Figura 7) e que chegassem a um consenso relativamente a:

- Que restrições e/ou condicionantes estão em falta?
- Se a informação relativa a uma condicionante já identificada está incompleta, como completaria?
- Que fontes de informação estão disponíveis para cartografar e confirmar a informação que está em falta?

No decorrer da dinâmica, os moderadores anotaram os principais comentários dos participantes e foi registada nos mapas afixados, quando aplicável:

- Informação geográfica com que **não concordaram** – marcador vermelho;
- Informação geográfica **em falta/incompleta** – marcador verde;
- Propostas alternativas (**em caso de não haver consenso**) – marcador azul.



São Miguel



Terceira



Faial

Figura 7. Análise individual e em grupo da cartografia das restrições e condicionantes.

Nas Tabelas 2 a 7 são apresentados os resultados da Dinâmica 1 produzidos nos workshops que ocorreram simultaneamente nas três ilhas do arquipélago dos Açores. Os resultados são apresentados por cada uma das nove ilhas quando aplicável e, dentro de cada ilha, por grupo de discussão. É importante ressaltar que os participantes não se ativeram estritamente às questões mencionadas anteriormente, trazendo outros contributos e apontamentos referentes à região em questão. Por forma a não alterar os contributos em função da interpretação, optou-se neste relatório por listar os comentários com o mínimo de alterações.

De maneira geral, os participantes referiram que houve uma certa dificuldade na leitura dos mapas devido à sobreposição de informação. No entanto, foi possível recolher contributos sobre todo o território, principalmente para as ilhas do Pico, São Jorge, Faial, Corvo, Flores e São Miguel.

Os contributos serão inseridos, posteriormente, nos relatórios de caracterização setorial e cartografia final do projeto MarSP. É ainda de referir que alguns contributos se referem à regulamentação dos próprios setores, e não tanto à espacialização ou ao processo do OEM, pelo que esses contributos deverão ser analisados pelas respetivas entidades competentes, à luz da legislação existente.

Tabela 2. Comentários gerais dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira).

Comentários Gerais
<ul style="list-style-type: none"> • Pouco tempo disponível para analisar todos os mapas • Redundância nas condicionantes • O problema de falta de fiscalização existe e é preciso implementar novas formas de fiscalização mais eficientes, lançando novos desafios de fiscalização (ex. webcams, colaboração entre agentes, utilização de ferramentas de deteção remota, entre outros) • A maioria dos participantes não possui conhecimento suficiente da área para responder às questões • Sobreposição das várias camadas de informação geográfica dificultam a interpretação

Tabela 3. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes ao arquipélago dos Açores, por grupo de discussão.

AÇORES	Geral
	<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zona de aproximação à pista para tráfego aéreo (serviços aeroportuários) em falta • Nos bancos Condor e Princesa Alice, as manchas não contemplam a batimetria de 200 metros na sua totalidade • Assinalar vigias de whale watching • Termas (recursos hidrotermais costeiros) devem ser identificadas (como as termas do Carapacho na Graciosa, Ferraria em São Miguel e Varadouro na Horta), caso exista legislação oficial (pontos nos mapas) <p>Informação a retificar/clarificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não está clara a zona de exercício militar • Na área da fonte hidrotermal Menez Gwen a delimitação deveria ser pelos meridianos e paralelos para facilitar a fiscalização e o posicionamento do utilizador • Deveria ser criada uma restrição à navegação de maior porte (Atlanticoline) junto à costa • Resguardo de 200 metros da costa na zona militar é limitada nos 27°10' <p>Sugestões/comentários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há alguma restrição na navegação comercial junto à costa? Há cotas de navegação? Como, por exemplo, a passagem destes por reservas
	<p>Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos</p> <p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe um projeto alternativo na Caloura (São Miguel) de há 15 anos atrás • Espacialização das restrições da pesca incompleta (quais as artes de pesca? E apanha de isco vivo?) • Período/quantidade de apanha incompleto • Restrições de pesca – lei geral em falta • Há informação científica que poderá ser um importante apoio à decisão, por exemplo, um artigo sobre a macroalga <i>Pterocladia capillacea</i> em que será facultada informação que possa vir apoiar as condicionantes de apanha de algas <p>Conflito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflito entre zonas de extração de inertes e AMP no Morro de Castelo Branco
	<p>Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas</p>

Informação em falta:

- No banco D. João de Castro falta a zona no-take no centro, correspondente à Reserva Natural Marinha do Banco D. João de castro, do Parque Marinhos dos Açores
- Falta identificar as reservas da Biosfera (Graciosa, São Jorge, Corvo e Flores)

Informação a retificar/clarificar:

- Necessidade de desagregação da informação geográfica relativa às áreas protegidas (pelo nível restrição)
- Retificar, por falta de coerência, a designação das áreas de exercícios militares
- Classificação IMO – Vulnerable Marine Ecosystems (VME) e Particularly Sensitive Sea Areas (PSSA)

Sugestões/comentários:

- Parques arqueológicos que existem na legislação dos Açores estão identificados? Ainda: disponibilizará essa informação
- Na realidade há demasiadas áreas “protegidas” (com condicionantes) para a capacidade de fiscalização atual. Também existe má informação por parte da capitania e limitações da Polícia Marítima
- São poucas e exíguas as zonas de conservação identificadas e que pouco resolvem a questão da fauna e flora. Deveriam ser definidas mais zonas (pelo menos a título temporário)
- Seria uma ideia haver áreas de proteção “móveis”? Mudar as áreas de pesca para recuperação?

Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Informação em falta:

- Portos de classe D da Vila Nova e de São Fernando não estão assinalados no mapa das condicionantes. Seria um lapso, uma vez que estão assinalados nos mapas de pesca e aquicultura?

Informação a retificar/clarificar:

- Verificar delimitação de área de autoridade portuária
- Verificar delimitação de área de jurisdição marítima
- Instalações portuárias: acesso restrito por aplicação do código ISPS (International Ship and Port Facility Security Code) (espelho de água dentro do porto)
- Corrigir terminologia: classificação do terminal marítimo como marina
- Distinguir as áreas de jurisdição da autoridade marítima e portuárias, incluindo as áreas das capitánias
- Yachting (vela) área de uso não identificado
- Áreas arqueológicas em falta
- Falta as zonas balneares/plano de água em falta (canais de navegação)
- Falta de fundeadouros (sendo mais considerado uso)

Sugestões/comentários:

- Não vale a pena aumentar licenças, mas antes diferenciar as áreas
- Criar ‘Zonas Autenticidade’ dentro de diferentes zonas
- Redistribuir a oferta turística
- Necessidade de definição da capacidade de carga no mar para gerir a pressão turística
- Separar as zonas para efeitos de observação de baleias
- Confirmar a existência deslegitimação relativa às faixas utilizadas para a prática de desportos náuticos e treinos (e.g. natação em águas abertas e jetski). Em princípio, seriam utilizados como referência os editais das capitánias dos portos.

Tabela 4. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Pico e São Jorge, por grupo de discussão.


PICO E SÃO JORGE	Geral	Informação em falta: <ul style="list-style-type: none"> Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – como abrange a costa deve ser tido em conta. Locais: Costa oeste do Pico abrangendo os municípios de Madalena, Criação Velha e Candelária; Costa norte do Pico abrangendo os municípios de Bandeiras, Santa Luzia e Santo António; e na Costa leste do pico abrangendo o município de Piedade 	
	Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas		
	Informação em falta: <ul style="list-style-type: none"> Em Santo Amaro de São Jorge, falta rede Natura em toda a ilha 		
	Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo		
Sugestões/comentários: <ul style="list-style-type: none"> Apesar de as atividades de whale watching estarem identificadas, propõe-se que sejam subdivididas em diferentes zonas, feitas com base em dados recolhidos. Há um trabalho com informação dos avistamentos em diferentes locais. Mas falta cooperação entre as empresas e os vigias Há legislação sobre whale watching Necessidade de se criar partilha de informação entre os empresários, mas que seja de facto usada; Falta sentido prático e vontade prática Justificar a necessidade de aumentar o número de licenças permitidas para São Jorge e Graciosa Não se sabe em que fase está a revisão da legislação sobre observação de cetáceos A atual legislação carece de regulamentação em caso de avaria da embarcação; não há licença de urgência, ou seja, a licença não se transmite, pelo que a embarcação fica parada. Se a avaria ocorrer em época alta, é muito prejudicial. Deveria haver uma licença de urgência para o caso de avaria. Atualmente paga-se a licença e só se usa parte do período por causa da avaria. 			

Tabela 5. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha do Faial, por grupo de discussão.

FAIAL	Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Sugestões/comentários:	

	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de adaptação da legislação relativamente à capacidade de carga turística; sendo difícil quantificar uma capacidade de carga, revela-se necessário estabelecer a capacidade de carga não apenas para limitar, mas também para gerir na prática a atividade • Necessidade de criação de base legal e fiscal para mais vigias • A informação introduzida na plataforma do Projeto Monicet deveria ser mais utilizada • Sugerida alteração da legislação referente ao whale watching para criação de várias subzonas dentro da zona A (e.g. zona adicional para São Jorge e Graciosa). Referida a necessidade de alterar o paradigma de gestão da atividade de forma a que, em vez de se emitirem apenas licenças (mais licenças), se atue de acordo com zonas de autenticidade, de forma a promover a responsabilização dos empresários
--	---

Tabela 6. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Corvo e Flores, por grupo de discussão.

CORVO E FLORES	Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos
	Informação a retificar/clarificar: <ul style="list-style-type: none"> • Verificar sobreposição no mapa dos polígonos referentes às áreas autorizadas para a extração de inertes ('Designated Sand Extraction') e às áreas de reserva do regime da apanha ('Marine species catch reserve')
	Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas
	Informação em falta: <ul style="list-style-type: none"> • Falta incluir as áreas de monitorização de colónias de aves marinhas (dados georreferenciados do projeto MISTIC SEAS) • Reserva Biológica do Corvo não está incluída

Tabela 7. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 1 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha de São Miguel, por grupo de discussão.

SÃO MIGUEL	Geral
	Informação em falta: <ul style="list-style-type: none"> • Verificar a localização dos emissários submarinos. (e.g. o emissário da ETAR de Ponta Delgada)
	Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos
	Informação a retificar/clarificar: <ul style="list-style-type: none"> • Zona dos CRE de extração de areias não está bem definida • Deveriam estar identificadas mais zonas de pesca em todas as ilhas (e.g. a sinalização dos locais onde se encontram as embarcações, muitas vezes, é inexistente, pondo em causa a segurança de outras embarcações que naveguem junto à costa) Sugestões/comentários: <ul style="list-style-type: none"> • Para a zona delimitada para a extração de inertes em São Miguel, verificar a existência de EIA. Atendendo a que a extração de inertes ocorre sempre no mesmo local, seria necessária a criação de novas áreas alternativas e a verificação do estado desta área de extração de areia

- Necessidade de rever a Portaria n.º 57/2018, de 30 de maio, alterada pela Portaria n.º 69/2018, de 22 de junho, referente a apanhas de algas. Deveriam existir mais condicionantes à apanha de algas:
 - Período de defeso deveria ser definido espécie a espécie
 - Técnicas de apanha
 - Fundamentação dos valores de apanha por licenças
 - Rotação dos campos de apanha
- Falta de fiscalização da pesca lúdica
- Na zona junto a Pedra da Pica deveria existir restrição à captura de pescado, principalmente com redes, atendendo a que se trata de uma zona com interesse turístico e científico
- Sugerido um reajustamento das condicionantes à pesca nas áreas costeiras, atendendo a que o esforço de pesca é menor quando está mau tempo, apenas sendo possível pescar numa zona muito restrita, que é condicionada
- Deveria ser criada uma zona tampão de 1 ou ½ milha de restrição à pesca profissional ao longo de toda a costa. Não deveriam existir redes junto à costa

Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- Definir áreas de proteção e conservação com base nas áreas mais importantes para as espécies, tendo em consideração aspetos de presença e biodiversidade e aspetos biológicos da espécie

Sugestões/comentários:

- Zona marinha do Parque de Ilha de São Miguel é pouco exequível. Seria melhor criar uma zona menor, mais fácil de fiscalizar
- A zona da Baixa do Ambrósio (em que é regulamentada a atividade marítimo-turística e a pesca ao abrigo da Portaria n.º 87/2014, de 29 de dezembro) deveria ser uma reserva específica de mergulho com jamantas
- Tirando as zonas especiais para a pesca e as zonas de navegação marítimo-turística, o resto deveria ser área protegida
- As áreas protegidas não têm de ser estáticas, deveriam existir zonas dinâmicas, que dariam a vantagem de não existirem restrições permanentes
- A costa sul de São Miguel tem pouca área de relevo para a conservação (só existe assinalada a porção do Parque Natural de Ilha na Área Protegida de Gestão de Recursos da Caloura). Devem ser delimitadas mais AMP na costa sul
- O uso das zonas de atividades militares deve ser condicionado para não prejudicar a biodiversidade (e.g. relação entre experiências militares e arrojamento de cetáceos), estabelecendo-se limitações temporais e/ou espaciais

The Workshop's 1st Dynamic aimed to discuss and validate the legal constraints and conditions that each of the main maritime sectors are subject. To conduct the exercise, the stakeholders had to analyse maps with the collected information and to answer the following questions: (i) which are the constraints and/or conditions missing?; (ii) if the information regarding an identified condition is incomplete, how would you complete it?; (iii) which are the sources of information/data available to map and corroborate with the missing information?

In general, the participants mentioned that there were some difficulties reading the interpretation of the maps due to the overlapping of several layers of information. Regardless, it was possible to gather

contributes covering the entire archipelago, mainly for the islands of Pico, São Jorge, Faial, Corvo, Flores and São Miguel.

Dinâmica 2

A Dinâmica 2, “Validação da cartografia setorial atual”, teve como objetivo discutir e validar a cartografia da situação atual de cada um dos setores-alvo de cada grupo de trabalho. A cartografia da situação existente resultou essencialmente de fontes oficiais e de entrevistas setoriais com os atores locais, realizadas previamente ao workshop. A informação geográfica relativa a alguns setores encontra-se desagregada; por exemplo, para o setor do turismo, são identificados pontos/áreas relativos a várias subcategorias de atividade, nomeadamente spots de mergulho, áreas para observação de cetáceos e passeios marítimo-turísticos. Esta cartografia incluiu representação à escala do arquipélago e à escala de cada uma das ilhas.

Em cada uma das ilhas, foi disponibilizada a todos os participantes, fixada nas paredes, a cartografia da situação atual relativa a todos os setores de atividade identificados nos Açores, de forma a que todos os participantes tivessem acesso à totalidade da informação. Para além disso, em cada mesa de trabalho, foi também disponibilizada cartografia da situação atual dos setores a serem discutidos nesse grupo de discussão, de forma a facilitar a consulta detalhada e a discussão. Inicialmente, foi solicitado aos participantes que fizessem uma análise individual dessa cartografia e que depois discutissem no seu grupo (Figura 8) e que chegassem a um consenso relativamente à resposta às seguintes questões:

(I) Há usos/atividades em falta?

- Que usos/atividades (ou respetivas subcategorias) estão em falta, se aplicável?
- Se a informação relativa a um uso/atividade (ou respetiva subcategoria) já identificada estiver incompleta, como completaria?
- Que fontes de informação estão disponíveis para cartografar e confirmar a informação que está em falta?

(II) A cartografia da situação existente está correta?

- Estão de acordo com as subcategorias de usos/atividades (nos casos em que existe mais do que um tipo de informação geográfica relativamente a um determinado uso/atividade)?
- Concordam com os pontos e áreas identificados, relativos a esses usos/atividades?

No decorrer da dinâmica, os moderadores anotaram os principais comentários dos participantes e foi registado nos mapas de cada mesa, quando aplicável:

- Informação geográfica com que **não concordam** – marcador vermelho;
- Informação geográfica **em falta/incompleta** – marcador verde;
- Propostas alternativas (**em caso de não haver consenso**) – marcador azul.

Adicionalmente, no caso de o grupo ainda dispor de tempo para discussão, foi solicitado aos participantes que discutissem e chegassem a consenso relativamente aos conflitos existentes:

(III) Há conflitos de espaço entre os usos/atividades?

- Que usos/atividades (ou respetivas subcategorias) conflituam pelo mesmo espaço marítimo e com que setores/subcategorias?

- Consegue identificar as áreas onde já exista conflito espacial?
- Quais as propostas de resolução dos conflitos identificados?

Sendo esta uma questão facultativa, houve mesas de discussão onde este tópico não foi abordado.



São Miguel



Terceira



Faial

Figura 8. Análise individual e em grupo da cartografia da situação atual.

Nas Tabelas 8 a 15 são apresentados os resultados da Dinâmica 2 produzidos nos workshops que ocorreram simultaneamente nas três ilhas do arquipélago dos Açores. Os resultados são apresentados por cada uma das nove ilhas quando aplicável e, dentro de cada ilha, por grupo de discussão. Por forma a não alterar os contributos em função da interpretação, optou-se neste relatório por listar os comentários com o mínimo de alterações.

Houve contributos diversos por parte dos participantes, nos diferentes grupos de discussão, para todo o arquipélago. Os contributos variaram entre usos e atividades que estavam incompletos, a conflitos entre as diferentes atividades que ocorrem na região (e.g. conflito entre a atividade de pesca e a atividade turística e com zonas para conservação). Os participantes também mencionaram diversos projetos que poderão conter informações que devem ser consideradas para integrar no MarSP (e.g. projetos Bala, MoniZec – ARP, ATLAS etc).

Os resultados desta dinâmica serão analisados e incorporados nos relatórios de caracterização setorial e cartografia final do projeto MarSP. É ainda de referir que alguns contributos se referem à regulamentação dos próprios setores, e não tanto à espacialização ou ao processo do OEM, pelo que esses contributos deverão ser analisados pelas respetivas entidades competentes, à luz da legislação existente.

Tabela 8. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes ao arquipélago dos Açores, por grupo de discussão.

AÇORES	Geral
	<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultar equipas de investigação da UAç envolvidas em monitorização de grupos taxonómicos chave, habitats etc., para indicar zonas de atual interesse para a ciência <p>Informação a retificar/clarificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representação gráfica induz em erro

Sugestões/comentários:

- Zona militar demasiado extensa: deveria ser a partir das 3mn e até 27010'

Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos
Informação em falta:

- Acrescentar diversas áreas de pesca profissional que estavam em falta. Alterações de algumas das zonas identificadas.
- Áreas de pesca não identificadas:
 - Zona do José de Melo (H)
 - Baixa da Ponta da Ilha no Pico

Informação a retificar/clarificar:

- Zonas de pesca mais frequentes não coincidem com as zonas valorizadas
- A zona de pesca no Mar da Prata deveria ter um valor maior, atribuído às áreas mais comumente utilizadas (“Areas most commonly used”)

Sugestões/comentários:

- Tendo em conta que a arte de pesca mais utilizada na Terceira e em São Miguel é o palangre de fundo, arte proibida na faixa das 3 nm da costa, é interessante que os mapas sugiram que é nessa mesma faixa que se localizam as áreas indicadas pelos stakeholders como mais utilizadas nessas ilhas

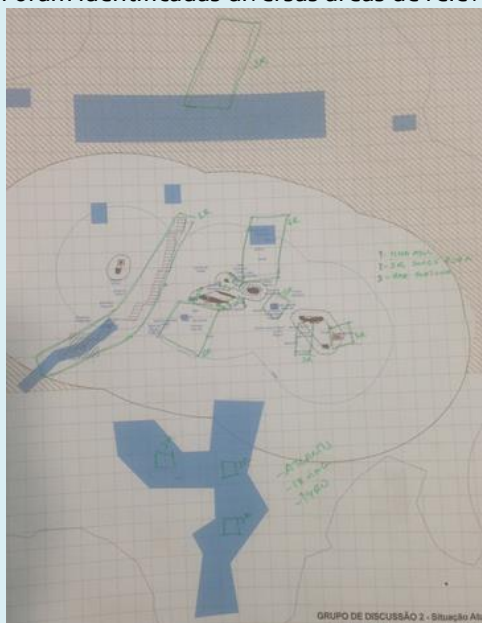
Conflito:

- Pesca lúdica vs. pesca comercial – Santa Maria, Pico, São Jorge, Flores
- Pesca vs. turismo (mergulho com tubarão) – Banco Princesa Alice
- **Soluções:** divisão de tempo (horário) Ex.: Baixa do Canal entre mergulho e pesca; reuniões bilaterais; direcionar mergulho para AMP


Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas
Informação em falta:

- Falta identificar ocorrências de VME e de espécies indicadoras de VME no Great Meteor, que foram identificadas, por exemplo, no âmbito do projeto BIOMETORE. Esta zona foi proposta como uma Ecologically or Biologically Significant Marine Area (EBSA)
- As áreas identificadas para a mineração de fundo também deveriam ser identificadas
- Todas as áreas assinaladas para o mar profundo não estão assinaladas no mapa do arquipélago
- Áreas com interesse científico devem ser incluídas na cartografia, com base em projetos em curso; e.g. deverá extrair-se informação relativamente às áreas de iniciativas como os cruzeiros para demersais e todos os projetos de investigação para o mar profundo até os 1000 metros
- Falta identificar o complexo de montes submarinos Atlantis-Meteor como área de interesse para a bioprospecção
- Ao sul da fonte hidrotermal Lucky Strike são também áreas importantes para a investigação

- É necessário identificar as áreas de restrição à pesca assinaladas pela NEAFC, que coincide com áreas identificadas para o Parque Marinho dos Açores
- Áreas que são alvo de monitorização (e.g. monitorização de aves em ZPE; monitorização de AMP, monitorização de lixo marinho nas praias (OSPAR); monitorização no Banco Princesa Alice para o estudo de jamantas; monitorização de gelatinosas do projeto da Universidade dos Açores, Prof. João Gonçalves)
- Falta incluir todos os geossítios costeiros
- Falta assinalar as zonas balneares
- Assinalar a zona completa da crista médio-Atlântica
- O Banco Submarino Cachalote, próximo das Flores, onde há grande pressão da pesca, pode ser muito interessante do ponto de vista da investigação, pois não há conhecimento nenhum (deve ser aplicado o princípio da precaução)
- Falta identificar áreas de importância para mamíferos marinhos
- Deveria ser avaliado o potencial biotecnológico para todas as ilhas
- Foram identificadas diversas áreas de relevo para a investigação científica, são elas:



- Polígono na região dos montes Atlantis, Arving e Tyro
- Polígono que cobre todas as áreas de interesse para a biotecnologia marinha entre as ilhas centrais e as ilhas ocidentais
- Polígono na região norte do Parque Marinho dos Açores que está a norte da subárea dos Açores da ZEE portuguesa
- Polígono na região sudoeste do grupo central até os limites de 100mn
- Polígono na região Norte-Nordeste do grupo central
- Polígono entre o grupo central e o grupo oriental
- Polígono entre a Graciosa e a Terceira
- Cinco polígonos distribuídos no mar territorial do Grupo Central

Informação a retificar/clarificar:

- Não deveriam ser representadas as áreas classificadas exclusivamente terrestres
- Não está clara a definição dos limites da reserva da biosfera
- Reduzir as áreas de interesse científico para 1500 metros em vez de 2000 metros de batimetria
- Há algum conflito no real significado do termo bioprospeção. É necessário identificar os tipos de bioprospeção que podem ocorrer e identificá-los de outra forma

Sugestões/comentários

- A zona marítima do campo hidrotermal Luso no Monte Submarino Gigante devia ser aumentada de forma a estender-se até à crista Médio Atlântica
- Assinaladas áreas aproximadas com interesse para a investigação em algumas ilhas

- Nas áreas identificadas como IBA e EBSA não é feita monitorização. Deveria investir-se na investigação científica e avaliar o seu potencial como AMP
- Investigação prioritária nas duas IBA já integradas nas áreas do PNI do Faial e do Corvo

Conflito:

- Pesca vs investigação: há áreas que estão muito impactadas por atividades que ocorreram anteriormente (e.g. presença de linhas de pesca que impedem a prática de atividades importantes para a investigação)
- Pesca vs investigação: nas áreas sobrepostas para a conservação e para a pesca (dependendo do tipo de pesca), primariamente com a pesca de palangre de fundo
- Bioprospeção/investigação vs conservação ambiental vs conservação ambiental: a sul da fonte hidrotermal Lucky Strike, poderá haver conflito com as áreas identificadas como mais utilizadas para biotecnologia marinha e AMP
- Pesca/turismo vs conservação ambiental: conflito das IBA com áreas utilizadas para o exercício da pesca ou para a atividade de observação de cetáceos
- Pesca vs conservação ambiental: pesca ilegal em áreas protegidas (Caloura, em São Miguel, e em geral em todas as AMP)
- Turismo vs conservação ambiental: turismo em áreas protegidas (e.g. Ilhéu de Vila Franca do Campo, Ilhéu da Praia e em geral todas as AMP costeiras)
- Navegação vs conservação ambiental: navegação em áreas protegidas (e.g. Ilhéu de Vila Franca do Campo, Ilhéu do Carapacho, e Ilhéu da Praia, na Graciosa e no nordeste da ilha das Flores)

Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Informação em falta:

- Para além das zonas balneares dos POOC identificadas, faltam outras zonas onde se praticam atividades balneares (zonas com prática balnear esporádica dos POOC)

Informação a retificar/clarificar:

- Fazer distinção entre zonas balneares e outros locais utilizados para a prática balnear

Sugestões/comentários:

- Faltam Planos de Gestão que limitem a utilização turística

Conflito:

- Atividades desportivas náuticas: deveriam ser criadas áreas de mergulho com baleias

Tabela 9. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Pico e São Jorge, dividido por grupo de discussão.

PICO E SÃO JORGE	Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos	
Informação em falta:	<ul style="list-style-type: none"> • A leste da Piedade, no Pico, falta identificar uma área comumente usada para o exercício da pesca (“Areas most commonly used – Fisheries”) a vermelho, com elevada importância (“High Importance”) que se estende até a isóbara dos 200 m; e uma área a amarelo, com importância média (“Medium Importance”), compreendida entre a isóbara dos 200m e a isóbara dos 500m 	<ul style="list-style-type: none"> • Não concordam com a área a vermelho ao largo do porto da Ribeira Seca • A zona a sudeste da Piedade (Manhenha) deveria estar assinalada a vermelho, por ser muito importante para a pesca Conflito: <ul style="list-style-type: none"> • Pesca comercial vs pesca submarina: na Região que está ao largo dos Rosais, a amarelo • Pesca comercial e lúdica vs conservação ambiental: a área a sudeste da Piedade, nas proximidades


Informação a retificar/clarificar:

- A zona ao largo dos Rosais identificada a amarelo, deveria passar a vermelho, por ser uma zona muito importante para a pesca

do porto, é uma área muito boa para pesca lúdica e comercial, com potencial conflito com a reserva


Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas
Informação em falta:

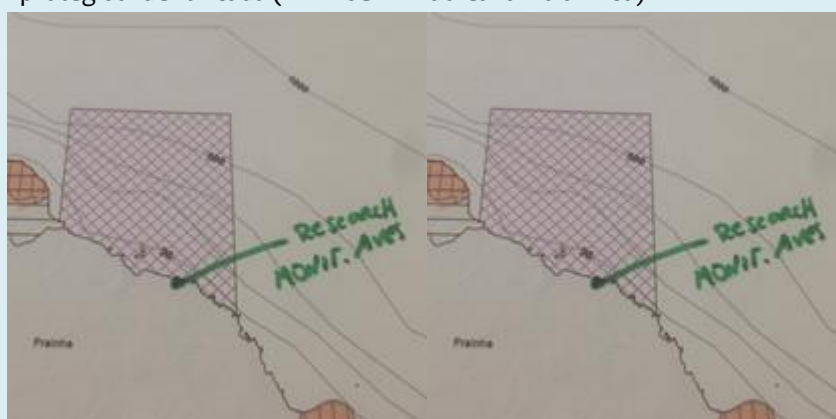
- Faltam áreas vulneráveis no Pico e em São Jorge
- Falta identificar áreas Natura 2000 em São Jorge
- Na ilha do Pico, na Prainha e na Candelária, estão a faltar dois pontos de pesquisa de monitorização de aves no âmbito do projeto Mystic Seas
- Identificar várias zonas de monitorização de peixes costeiros (Baixa do Pico e Biscoitos)

Sugestões/comentários:

- Embora não haja uma discordância das áreas identificadas, há interesse em saber como foi feita a delimitação da área Sul do Pico (área mais utilizada para a biotecnologia marinha)

Conflito:

- Biotecnologia marinha vs conservação ambiental: na área a sul do Pico identificada como mais utilizada para a biotecnologia marinha, há uma zona identificada para apanha que poderá entrar em conflito com a parte da área que foi identificada para a biotecnologia (N zona das Lajes). Também poderá entrar em conflito com área protegida identificada (AMP OSPAR do Canal Faial-Pico)


Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Informação em falta:

- Falta identificar as zonas balneares
- Falta identificar a Marina das Lages do Pico

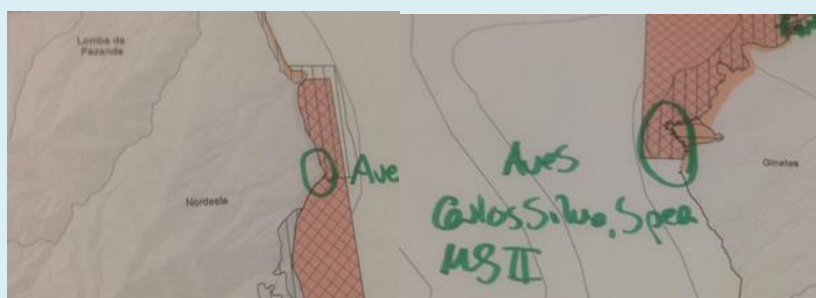
- Adicionar área a sudeste do Pico de importância para a atividade de observação de cetáceos, muito utilizada pelas empresas das Lages do Pico

Sugestões/comentários:

- Não concordam com a classificação “Porto de Classe E” para o porto identificado ao norte da Ribeira Seca, em São Jorge (Portinho da Caldeira de Santo Cristo)

Tabela 10. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha de São Miguel, dividido por grupo de discussão.

SÃO MIGUEL	Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos
	<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entre as 3 e 6 mn, há um espaço de pesca muito grande que não está assinalado • Foi considerado que o palangre, que é representativo pois condiz a um elevado esforço de pesca, não corresponde à realidade, estando pouco representado no mapa • Seria importante sobrepor as áreas identificadas para a pesca lúdica com as áreas efetivamente registadas, ou seja, que façam corresponder a zona onde realmente existe captura com a opinião dos pescadores, bem como com os dados da Direção Regional das Pescas • Falta assinalar a área de pesca apelidada de “setenta”, que fica entre São Miguel e Santa Maria, a amarelo <p>Informação a retificar/clarificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Toda a área a vermelho dá informação insuficiente <p>Sugestões/comentários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seria importante sobrepor a carta de condicionantes para facilitar a avaliação da informação • A pesca que é feita sem embarcação, muito representativa, apesar de regulamentada, é insuficientemente fiscalizada, não sendo por isso conhecido o esforço de pesca • Uso de palanque não contempla a realidade • Deveria haver legislação para a obrigatoriedade de instalação de um sistema de localização para embarcações com comprimento inferior a 10 metros (o aparelho de localizar é dispendioso e poderia ser participado pelo governo) • Na Zona da Ribeira Quente, assinalada a castanho no mapa das condicionantes, aplicam-se condicionante ao exercício da pesca comercial exercida por artes de armadilhas, artes de emalhar; no entanto, foi identificada como zona a vermelho atendendo a outras artes de pesca permitidas <p>Conflito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesca comercial vs turismo: em todo o sul da ilha de São Miguel, em particular com a atividade de whale watching; e nas localidades perto da Relva e do Ilhéu de Vila Franca do Campo, nomeadamente com o mergulho
	Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas
	<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zona de proteção de habitats marinhos sensíveis na zona do Forno da Caldeira, para a proteção da comunidade de cavalos marinhos existente • Indicação de 3 pontos de monitorização:



- Ilhéu de Vila Franca do Campo: monitorização de aves (SPEA – projeto Mystic Seas II) e de fauna e flora terrestre (projeto Projeto After-LIFE Ilhas Santuário para as aves marinhas)
- Leste de Nordeste: monitorização de aves (SPEA – projeto Mystic Seas II)

Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- Deveria estar assinalado património cultural subaquático na zona do Ilhéu de Vila Franca do Campo, de Rosto do Cão (Livramento), da Lagoa, e no spot “Viteleiro” (naufrágio)
- Identificação do emissário (ETAR) em São Pedro (Ponta Delgada)
- Identificação do emissário (ETAR) em Vila Franca do Campo
- Identificação do emissário (ETAR) a norte de Mosteiros
- Entre a isóbata de 30 m, em frente à Ponta Garça e Ribeira Quente, foi identificada uma zona com fontes hidrotermais
- Falta assinalar as fontes hidrotermais de baixa profundidade (Vila Franca do Campo e Ribeira Quente) usadas por operadores marítimo-turísticos
- Zonas marinhas adjacentes a Ponta Delgada (São Pedro) e a Rosto do Cão (São Roque), foram identificadas como importantes para a “proteção de habitats marinhos sensíveis”
- A área definida entre a linha de costa e a isolinha de 6 mn, aproximadamente, foi identificada como “zona de interesse para a observação de cetáceos”

Informação a retificar/clarificar:

- A noroeste de Mosteiros, foi sugerido que o nível de intensidade de tráfego é mais intenso que o representado
- Na zona de Rabo de Peixe foi recomendada uma revisão da densidade de navegação ‘Navigation Density’

Sugestões/comentários:

- No Ilhéu de Vila Franca do Campo, foi sugerida a revisão à legislação referente a interdições à pesca (todo o tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a caça submarina)

Conflito:

- Foram identificadas como zonas de conflito:
 - Zona que engloba o Ilhéu de Vila Franca do Campo
 - Zona em frente a Ponta Delgada (São Pedro) e Rosto do Cão (São Roque)
 - Zona em frente a Rosto do Cão (Livramento) e Lagoa



Tabela 11. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas de Santa Maria e Formigas, dividido por grupo de discussão.

**SANTA
MARIA E
FORMIGAS**

Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos

Informação em falta:

- Adicionar duas zonas de pesca a oeste e norte, entre a linha de costa e a batimétrica dos 1000m

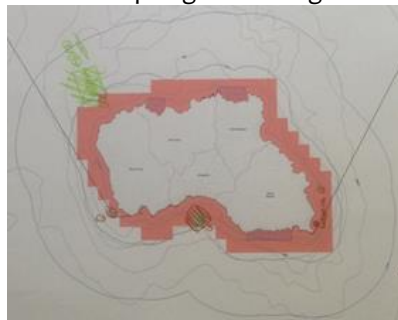


Sugestões/comentários:

- A noroeste de Vila do Porto, após a isolinha de 1mn, foi assinalado um polígono com “erro”

Conflito:

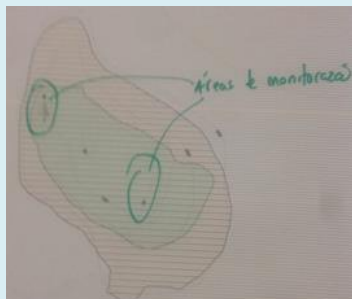
- Foram identificadas como zonas de conflito:
 - Zona a sudoeste de Vila do Porto, definida aproximadamente pela isolinha de 0,25 mn
 - Área a sul de Almagreira, entre as isolinhas de 0,25 e 1mn, sobre o polígono verde
 - Duas áreas de conflito com a Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sul do PNI, na zona a leste de Santo Espírito, definida aproximadamente pela isolinha de 0,25 mn
 - Pesca pelágica vs mergulho: zona da Baixa do Ambrósio



Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- Inserir área RAMSAR “Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarat”
- No âmbito do projeto ATLAS, há mais informação dos VME nas Formigas e dados de caracterização bentónica de toda a área, que não estão representados nos mapas
- Falta assinalar a zona de monitorização de aves no Ilhéu da Vila como área de pesquisa
- Deve assinalar-se que todas as áreas do PNI de SMA (incluindo ilhéus das Formigas) são também áreas de monitorização (e.g. fonte de informação de áreas monitorizadas nos relatórios dos projetos Bala, MoniZec – ARP)



Sugestões/comentários:

- Praticamente todas as zonas deveriam ser identificadas como tendo potencial existência de VME

Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

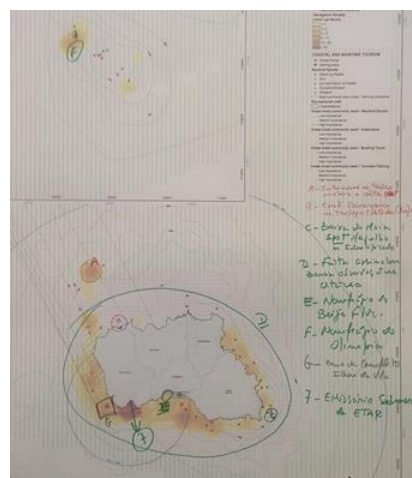
- Identificação do emissário (ETAR) a sul de Vila do Porto
- A norte de Vila do Porto, deveria assinalar-se a existente intensidade de tráfego do Porto dos Anjos
- A sudeste de Santo Espírito, foi identificado o local de mergulho “Baixa da Maia”
- A sul da Almagreira, foi identificado o naufrágio do Beija Flor
- A sul das Formigas, foi identificado o naufrágio do Olímpia
- Falta assinalar os locais assinalados para a observação de cetáceos

Informação a retificar/clarificar:

- A zona a noroeste de Vila do Porto (Baixa do Ambrósio), limitada aproximadamente pela isóbata dos 200 m, os participantes não concordam com a intensidade de tráfego (média a alta)

Conflito:

- Pesca vs conservação ambiental: Pesca vs usos previstos na legislação atual: a sudoeste de Vila do Porto, ao redor do Ilhéu da Vila



- Conflito de usos em todas as áreas assinaladas a verde, ou seja, conflito entre o uso atual e o uso sugerido
- Pesca vs turismo: nas áreas de reserva usadas pelos operadores marítimo-turísticos

Resolução de conflitos

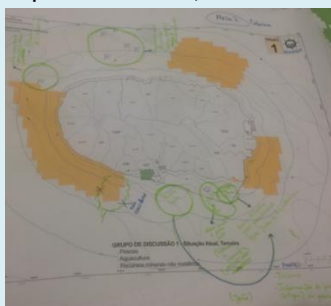
- É importante definir prioridades económicas para os locais (e.g. avaliar a importância da pesca na RAA). Deveriam impor-se restrições às atividades para gerir conflitos

Tabela 12. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Terceira, dividido por grupo de discussão.

TERCEIRA Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos

Informação em falta:

- Falta assinalar a vermelho a região ao redor da Baixa da Serreta, considerada muito importante para a pesca de atum e lírio, sobretudo para os pescadores de São Mateus
- A região que engloba o Morro de Matias Simão, ao norte da Terceira, importante para os pescadores de Biscoitos, sobretudo peixes de fundo
- As zonas de Pedra Nova, Pedra Velha e Ilhéus, a sudeste da Terceira, utilizadas pelos pescadores de Porto Judeu e Angra Heroísmo, sobretudo para a pesca de atum, lírio e serra



- Zonas de pesca da Pedra Velha (6 nm) e a zona fora do Porto Judeu a leste dos Ilhéus
- Zona de pesca de Pedra do Altar a norte e Biscoitos
- Zona de pesca do baixio a leste da Praia, a incluir a faixa do ilhéu do Norte a Má Merenda
- Alargar a zona da baixa da Serreta



Conflito:

- Pesca lúdica vs pesca comercial: a sudeste da Terceira

Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- A leste da Praia da Vitória não foi incluída a área do sítio RAMSAR “Paul da Praia da Vitória”
- Identificadas áreas de monitorização a sudoeste de Angra (cagarros - PNI); a Sul de Feteira; a Sudeste-este de Vila de São Sebastião (censos garajaus, ninhos artificiais - PNI); e a Norte de Vila Nova



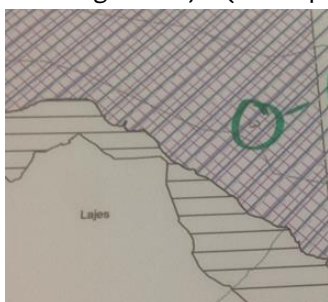
- Identificar a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Biscoito das Fontinhas do Parque Natural da Ilha Terceira
- Atendendo a que as zonas do Banco Dom João de Castro e do Condor são interditas à pesca, exceto quando dirigida exclusivamente a espécies pelágicas, foi questionado o motivo para terem sido assinaladas e sugerido que deve ter-se estes fatores em atenção ao considerar estas zonas protegidas como áreas integrais de pesca

Conflito:

- Defesa vs extração de inertes vs biotecnologia marinha: entre a área de exercícios militares da terceira e a zona autorizada para a extração comercial de areia (ao largo da Praia da Vitória) e a zona identificada de utilidade para a biotecnologia marinha na Baía da Praia da Vitória
- Área identificada de utilidade para a biotecnologia marinha identificada poderá entrar em conflito com outras atividades

Sugestões/comentários:

- Foi questionada a razão pela qual foram identificadas áreas de utilidade para a biotecnologia marinha apenas na Terceira
- Identificada potencial área de interesse para a conservação pela presença de corais ao largo de Lajes (fonte: projeto Bala)



Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- Portinho do Porto Martins não identificado
- Porto de pescas da Vila Nova não identificado
- Marina de São Mateus não está identificada
- Zonas balneares da Serretinha não estão identificadas
- Caldeira das Lajes tem uma piscina municipal em terra não colocada no mapa

Conflito:

- Mergulho vs usos balneares: na Silveira
- Património cultural subaquático vs mergulho vs navegação vs conservação: na zona do parque arqueológico subaquático da Angra do Heroísmo, conflito entre mergulhadores e embarcações e geoparque na faixa costeira desde o alinhamento com o Ilhéu das Cabras e o Fanal

Tabela 13. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha do Faial, dividido por grupo de discussão.

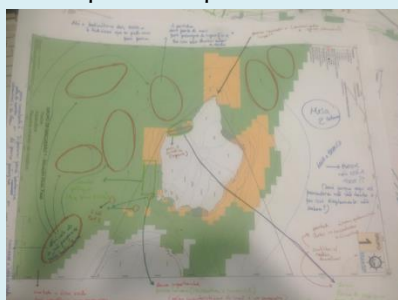
FAIAL Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos

Informação em falta:

- Adicionar dados VMS da pesca comercial
- Adicionar áreas em torno dos spots de pesca
- Na região ao largo da península de Capelo, a pesca recreativa é importante (embarcada e caça submarina)
- Na região a oeste de Castelo Branco, a pesca recreativa é importante, bem como para a pesca de isco vivo para atuneiros e embarcações menores
- A região a sul da Horta (Angústias) é uma zona importante para a pesca de lulas (recreativa e comercial)

Informação a retificar/clarificar:

- Todas as áreas assinaladas a amarelo são consideradas como áreas de importância elevada (vermelho) para a pesca
- A área ao redor do Monte da Guia não deveria estar marcada para pesca, uma vez que não é permitido pescar lá



Conflito:

- Pesca comercial vs turismo (mergulho)

Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- A leste da Praia da Vitória foi marcado como Informação Geográfica em Falta a reserva RAMSAR “Paul da Praia da Vitória”
- Identificadas duas áreas relevantes para a investigação:
 - Polígono a oeste do Faial
 - Polígono entre Faial e Pico



- Identificadas áreas de monitorização:
 - Duas áreas: a oeste do Capelo e a sul-sudoeste de Castelo Branco

- Uma área: em toda a costa norte do Faial (tubarões)



- Três pontos de pesquisa para a monitorização de aves marinhas:
 - A Leste de Capelo; e dois pontos a sudoeste de Castelo Branco

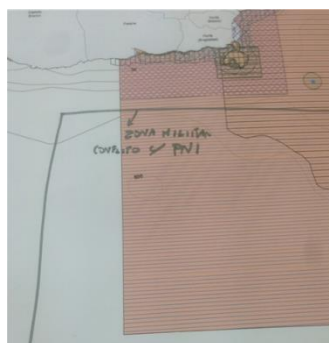
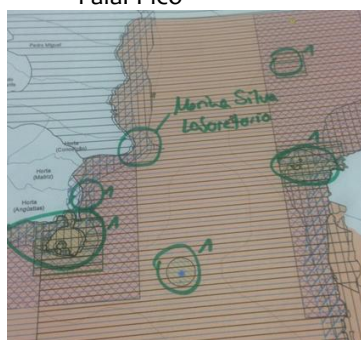


Conflito:

- Defesa vs conservação: a sul da Feiteira e Horta e a oeste da Candelária, entre a zona de exercícios militares e o PNI



- Seis áreas: na região do Canal Faial-Pico



- Investigação vs extração de inertes: na região em frente à Praia do Norte e Cedros (Zona de investigação (lixo marinho) com extração de areia)

Resolução de conflitos:

- Alteração da legislação (redução da área autorizada para a extração de areia para não sobrepor)



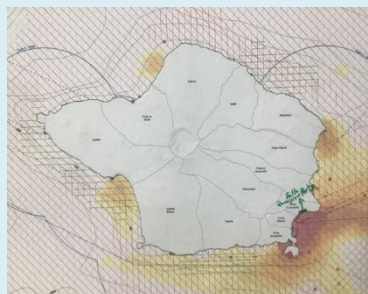
Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- Falta identificar os desportos náuticos motorizados (e.g. moto de água, fly board)

Informação a retificar/clarificar:

- Na área da Ribeirinha (Faial), o spot de surf assinalado poderá não estar correto
- Na Baía do Porto Pim e Ribeira faz-se surf e stand-up paddle, deve retificar-se o símbolo para um triângulo verde
- Porto de São Fernando
- O Terminal Marítimo de Passageiros do Porto da Horta está assinalado como Marina



Sugestões/comentários:

- Poderia ser criada uma ecotaxa

Conflito:

- Mergulho vs conservação: poderá haver um eventual conflito de usos entre scuba diving em AMP

- Portos vs desportos náuticos: durante a construção do novo porto poderá haver conflito com o surf. Certificados da empresa

Tabela 14. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Corvo e Flores, dividido por grupo de discussão.


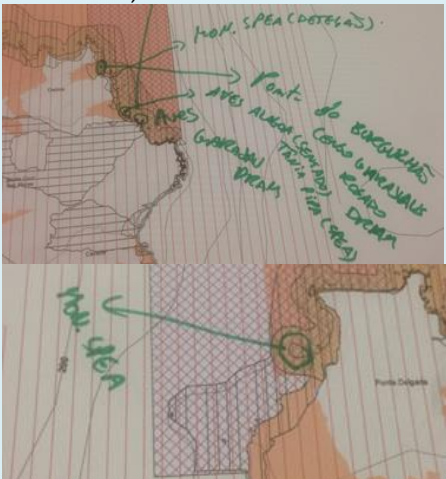
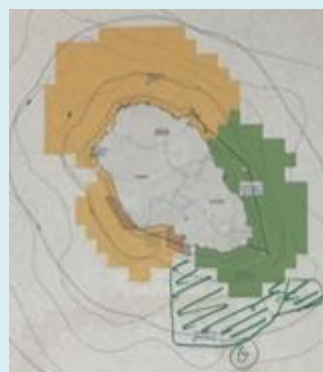
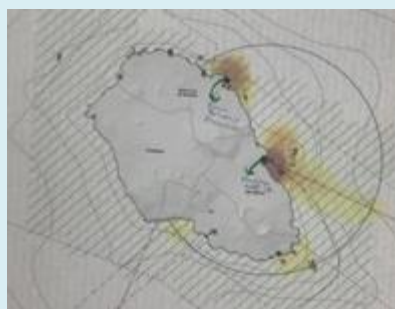
FLORES E CORVO Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos	
<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta assinalar áreas de monitorização no Corvo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Norte-noroeste, oeste e sul (aves) e leste ○ Sul e nordeste (fauna/flora e mesos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta assinalar áreas de monitorização de aves nas Flores: <ul style="list-style-type: none"> ○ A oeste de Ponta Delgada (SPEA), a Nordeste (SPEA) e a Sudeste de Cedros, e em Santa Cruz das Flores 
<p>Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo</p>	
<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta identificar a Marina das Lages das Flores 	
<p>Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Área potencial para a investigação científica a oeste das Flores (segundo prospeção feita pela Marinha) 	

Tabela 15. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 2 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Graciosa, dividido por grupo de discussão.

GRACIOSA Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos	
<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar zona balnear (não oficial) da Pesqueira 	<ul style="list-style-type: none"> • Adicionar a zona de pesca a sudeste da Graciosa (G)



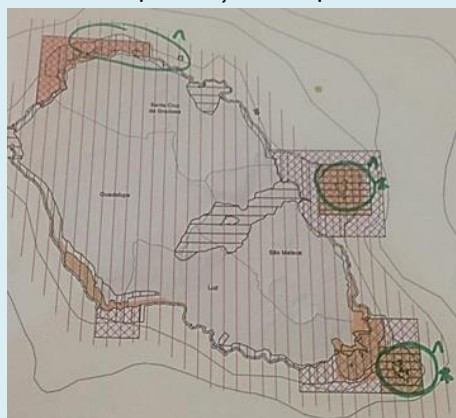
Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- Foram identificadas três áreas de monitorização:
 - A norte de Santa Cruz da Graciosa, a leste de São Mateus (aves) e a leste de Luz (Aves)

Informação a retificar/clarificar:

- Verificar a presença no mapa da IBA Banco da Fortuna



Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- Marina da Praia (em São Mateus) não está identificada

The Workshop's 2nd Dynamic aimed to discuss and validate the actual scenario of each sector of each Working Group. To drive the exercise, the stakeholders had to analyse maps created with information collected in previous workshops and interviews with local sectorial representatives. Also, the participants had the following main questions to guide them throughout the exercise: i) Are there any uses/activities missing? And; ii) Is the current situation represented correctly on the map?

In general, there were a variety of contributions provided by the participants. The inputs ranged from the activities and uses that were missing information, to the conflicts that happen between different

uses/activities in the region. There were also contributions regarding sources of information that could be considered to integrate the results of the MarSP project.

These results will be further analysed and consolidated in the final reports and maps of the MarSP project.

Dinâmica 3

A Dinâmica 3, “Validação da cartografia setorial potencial”, teve como objetivo discutir e validar a cartografia da situação potencial de cada um dos setores-alvo de cada grupo de trabalho. A cartografia da situação potencial resultou essencialmente de fontes oficiais e de entrevistas setoriais com os atores locais, realizadas previamente ao workshop. À semelhança da dinâmica 2, relativa à cartografia da situação atual, a informação geográfica relativa a algumas atividades incluiu diversas subcategorias de informação, como é exemplo o turismo. Esta cartografia incluiu, igualmente, representação à escala do arquipélago e à escala de cada uma das ilhas.

Em cada uma das ilhas, foi disponibilizada a todos os participantes, fixada nas paredes, a cartografia da situação potencial relativa a todos os setores de atividade identificados nos Açores, de forma a que todos os participantes tivessem acesso à totalidade da informação. Para além disso, em cada mesa de trabalho, foi também disponibilizada cartografia da situação potencial dos setores a serem discutidos nesse grupo de discussão, de forma a facilitar a consulta detalhada e a discussão. Da mesma forma, foi solicitado aos participantes que começassem por fazer uma análise individual da cartografia e que posteriormente discutissem no seu grupo e chegassem a um consenso relativamente à resposta às seguintes questões:

(I) Há usos/atividades em falta?

- Que usos/atividades (ou respetivas subcategorias) estão em falta?
- Se a informação relativa a um uso/atividade (ou respetiva subcategoria) já identificada estiver incompleta, como completaria?
- Que fontes de informação estão disponíveis para basear novas propostas de áreas potenciais?

(II) A cartografia da situação potencial está correta?

- Estão de acordo com os usos/atividades identificados? Estão de acordo com as subcategorias de usos/atividades (nos casos em que existe mais do que um tipo de informação geográfica relativamente a um determinado uso/atividade)?
- Concordam com os pontos e áreas identificados, relativos a esses usos/atividades?

No decorrer da dinâmica, os moderadores anotaram os principais comentários dos participantes e foi registado nos mapas de cada mesa, quando aplicável:

- Informação geográfica com que **não concordam – marcador vermelho**;
- Informação geográfica **em falta/incompleta – marcador verde**;
- Propostas alternativas **(em caso de não haver consenso) – marcador azul**.

Igualmente, no caso de o grupo ainda dispor de tempo para discussão, foi solicitado aos participantes que discutissem e chegassem a consenso relativamente aos conflitos potenciais:

(III) Poderão vir a existir conflitos de espaço entre os usos/atividades?

- Que usos/atividades (ou respetivas subcategorias) poderão vir a conflitar pelo mesmo espaço marítimo, resultante da cartografia potencial?
- Consegue identificar as áreas onde poderá vir a existir conflito espacial?
- Quais as propostas de resolução dos conflitos identificados?

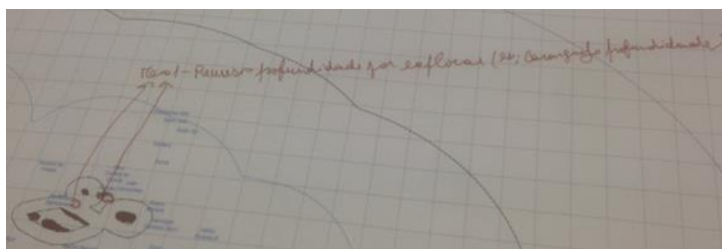
Nas tabelas 16 a 23 são apresentados os resultados da Dinâmica 3 produzidos nos workshops que ocorreram simultaneamente nas três ilhas do Arquipélago dos Açores. Os resultados são apresentados por cada uma das nove ilhas quando aplicável e, dentro de cada ilha, por grupo de trabalho. Por forma a não alterar os contributos em função da interpretação, optou-se neste relatório por listar os comentários com o mínimo de alterações.

Houve contributos diversos por parte dos participantes para os diferentes grupos de discussão em todo o arquipélago. De uma forma geral, as duas atividades mais mencionadas como tendo potencialidade para a Região foram a conservação ambiental e AMP, o turismo e os desportos náuticos.

Os resultados desta dinâmica serão analisados e incorporados nos relatórios de caracterização setorial e cartografia final do projeto MarSP. É ainda de referir que alguns contributos se referem à regulamentação dos próprios setores, e não tanto à espacialização ou ao processo do OEM, pelo que esses contributos deverão ser analisados pelas respetivas entidades competentes, à luz da legislação existente.

Tabela 16. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes ao arquipélago dos Açores, dividido por grupo de discussão.

AÇORES	Geral
	<p>Sugestões/comentários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participantes consideraram que é fundamental ter os atores certos a validar os mapas (e.g. pessoas com o conhecimento da parte técnica da instalação da aquacultura) • Foi questionado que as áreas identificadas tinham em conta a localização de, por exemplo, cabos e ductos
	<p>Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos</p> <p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser criado um buffer à volta das zonas balneares, de acordo com o raio de influência (fonte: Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PSOEM) das aquaculturas (que variam com o tipo de produção) <p>Informação a retificar/clarificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As zonas identificadas como de grande potencial para a aquacultura na proximidade de zonas de baixo potencial levantaram questões sobre os critérios utilizados na identificação • Todas as áreas identificadas para além da batimétrica dos 50m são questionáveis para a aquacultura (buffer) • Potenciais de pesca são generalizados, determinados e limitados pelas áreas de reserva, que poderiam ser maiores



- As zonas portuárias não deveriam estar identificadas como áreas com potencial para a aquacultura

Sugestões/comentários:

- Foi sugerido que saber o tipo de produção na aquacultura faz toda a diferença na seleção das áreas (Faial: projetos experimentais com cracas e lapas; São Miguel: lírios, algas e holotúrias)
- Foi recomendando que se aprendesse com a experiência existente já na Madeira e Canárias, relativamente à aquacultura (e.g. empresa de monitorização de aquacultura nas Canárias é uma empresa pública – TRAGSA)
- Recurso de profundidade por explorar, por exemplo, o caranguejo de profundidade (caranguejo da fundura do Atlântico *Chaceon affinis*)

Conflito:

- Aquacultura vs pesca: potencial conflito nas áreas de pesca, variando muito conforme o tipo de aquacultura
- Aquacultura vs pesca vs turismo: entre aquaculturas que impliquem o impedimento de acesso à costa, pode haver conflito com pesca costeira, turismo, etc.

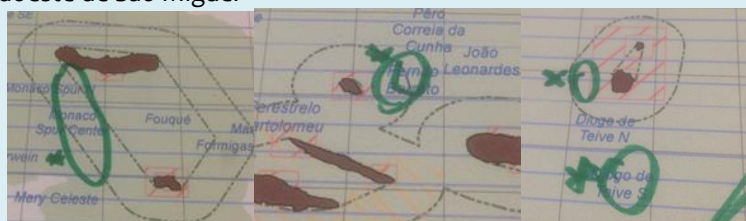
Sinergia:

- Aquacultura e estruturas eólicas: podem permitir a utilização de áreas para além dos 50m de profundidade

Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- Identificadas quatro áreas importantes para conservação: região próxima do monte Diogo de Teive N e Diogo de Teive S; Região a nordeste da Graciosa e região a sudoeste de São Miguel



- Identificada área de excepcional importância para a conservação em torno da Crista Média Atlântica



- Falta identificar áreas importantes para a conservação de mamíferos marinhos (*'Marine Mammals important areas with value for conservation'*), baseadas em informação da base de dados Monicet e de empresas de *Whale Watching* (definir critérios específicos para suportar esta decisão; consultar medidas adotadas no Mediterrâneo)
- Devem incluir-se a base de dados e as áreas sem esforço de observação
- Identificado um polígono a oeste das Flores e do Corvo, com a anotação “não há informação com base em censos de barco (Marinha, Fundação Azul)”

Informação a retificar/clarificar:

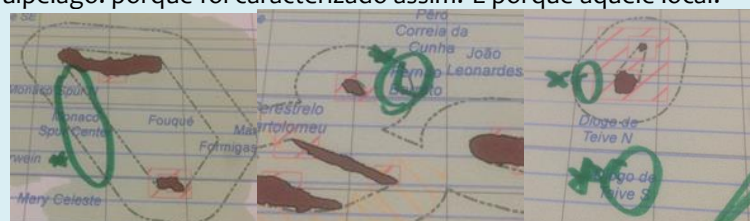
- Foi questionado o motivo pelo qual foi identificada a área como *'exceptional value for conservation'*, no mapa geral do arquipélago e os critérios para a identificação desse local
- Verificar no SeaSketch polígono referente a *'Areas with value for conservation'*

Sugestões/comentários:

- Áreas protegidas para a conservação de aves estão excluídas. Será porque já se encontram designadas com valor?
- Em geral, o mar dos Açores tem potencial para a biotecnologia

Conflito:

- Trapézio/área identificada como *'exceptional value for conservation'*, no mapa geral do arquipélago: porque foi caracterizado assim? E porquê aquele local?




Conflitos:

- Exploração mineral vs pesca vs biotecnologia vs investigação científica: estes conflitos poderão ser aplicados a todas as áreas identificadas

Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Informação em falta:

- Poder-se-ia criar uma área de 6mn à volta das ilhas como área potencial
- Deveriam criar-se zonas com boias de amarração (até 60 metros) para mega-iates, de forma a facilitar o desembarque de passageiros. Por exemplo, criar um fundeadouro na Fajã de Santo Cristo (empresa Atlantis Superlates tem interesse nesta zona para a instalação de boias de amarração)
- Yachting tem potencial em toda a zona costeira e ao largo de todas as ilhas do arquipélago
- Desportos náuticos têm potencial dentro e fora dos portos de todas as ilhas

Sugestões/comentários:

- Criar parques arqueológicos
- Faltam cruzeiros temáticos de turismo (mais pequenos)
- Há casos de atividade marítimo-turística perto da linha de costa e em embarcações próprias que se disponibilizam, por exemplo, para whale watching sem ter licença
- Todos os Açores têm potencial para mergulho

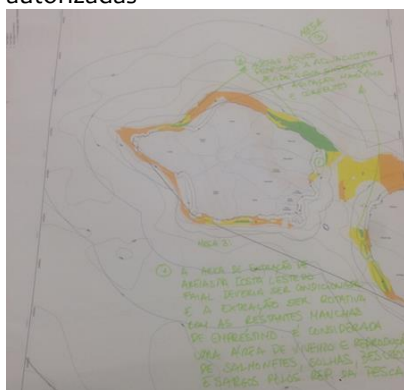
Tabela 17. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha do Faial, dividido por grupo de discussão.

FAIAL Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos
Informação a retificar/clarificar:

- A norte do Faial, da Praia do Norte à Ribeirinha, considerou-se como área pouco propícia para aquacultura devido à sua exposição à agitação marítima e correntes
- A nordeste do Salão e Ribeirinha foi anotado que é difícil instalar nas áreas assinaladas algum tipo de estrutura para a aquacultura devido à batimetria e distância à costa

Sugestões/comentários:

- Condicionar a atividade de extração comercial de areia na costa leste do Faial para proteção das áreas de viveiro e reprodução de espécies como o salmonete, solhas, sargo e besugo. Uma possível solução seria a rotação da extração pelas três áreas autorizadas



Conflito:

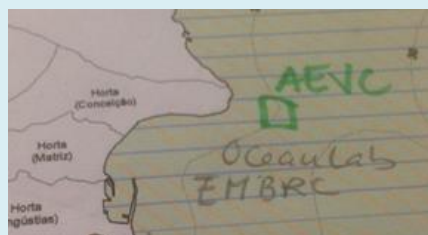
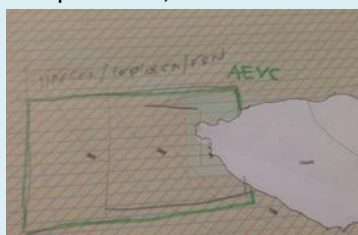
- Pesca comercial vs pesca recreativa: foram marcadas quatro áreas de conflito, uma ao largo do Salão, duas áreas ao largo dos Cedros (norte), e uma área ao largo da península do Capelo
- Navegação vs pesca lúdica vs pesca comercial: na zona do Canal Faial-Pico



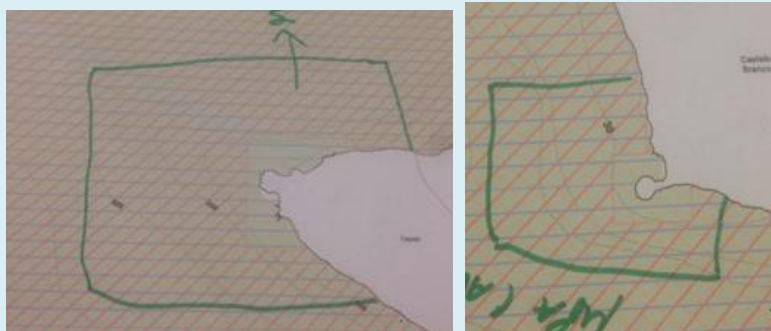
Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- Identificação de áreas de investigação: a norte-noroeste do Capelo; ao largo dos Cedros, Salão e Ribeirinha (nordeste); a sudeste de Horta (Conceição e Matriz); e na zona do Canal Faial-Pico
- Identificação de duas áreas de excepcional importância para a conservação ('Areas with exceptional value for conservation'): a oeste do Capelo e na proximidade da Espalamaca, na Horta



- Potencial AMP a sudoeste de Castelo Branco (aves marinhas) e a noroeste do Capelo (aves marinhas, corais e tubarões)



Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- Aumentar número de áreas potenciais para a prática de desportos náuticos. Foram sugeridas, por exemplo, as zonas do Varadouro e do Porto de Pescas de Castelo Branco
- Aumentar as áreas para fora do Porto para prática de desportos
- Criar zonas com boias de amarração (até 60 metros) para permitir Mega lates de amarrar para poderem desembarcar: Varadouro, Vulcão Norte e Sul
- O mergulho deveria estar assinalado ao redor de toda a ilha; os dois spots identificados são poucos. Deveria aumentar-se as áreas de mergulho à volta da ilha, até à isóбата de 100 m
- O ponto de surf assinalado careceu de melhor discussão, tendo sido assinalado que os participantes não concordam
- Falta identificar/aumentar as áreas potenciais para yachting à volta da ilha
- Falta identificar uma zona de surf e paddle nas Angústias

Sugestões/comentários:

- Há potencial para a criação de um parque arqueológico subaquático na Baía da Horta

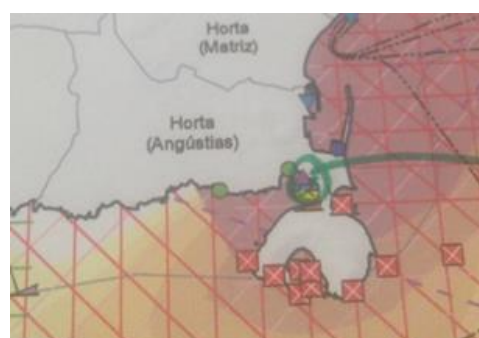
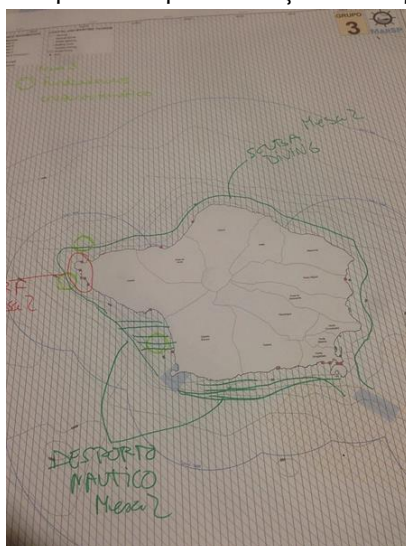
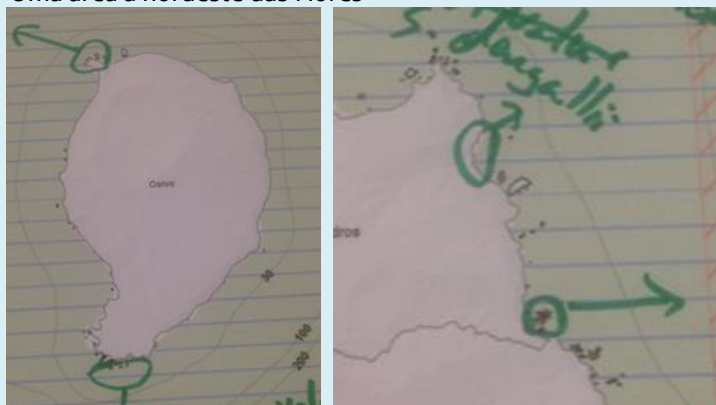


Tabela 18. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas das Flores e Corvo, dividido por grupo de discussão.

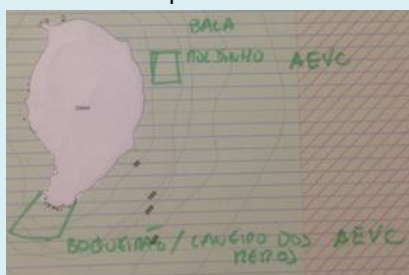
FLORES E CORVO	Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas
-----------------------	---

Informação em falta:

- Áreas identificadas como potenciais AMP:
 - Duas áreas, a noroeste e a sul do Corvo (reserva voluntária)
 - Uma área a nordeste das Flores



- No Corvo, identificação de duas áreas de excecional importância para a conservação ('Areas with exceptional value for conservation'): a nordeste e a sul-sudoeste do Corvo


Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Informação em falta:

- Identificadas duas áreas potenciais para a prática de desportos náuticos: em Santa Cruz das Flores, na proximidade do Porto das Poças, e nas Lajes das Flores, na proximidade do Porto das Lajes



- Assinaladas as fontes hidrotermais na costa do Lajedo

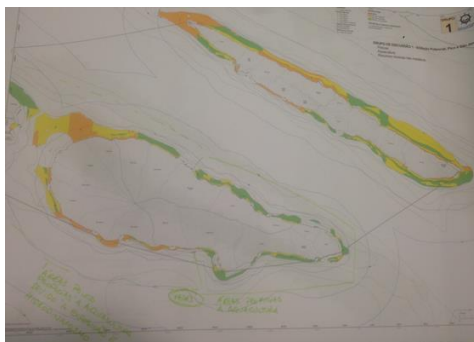
Tabela 19. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas do Pico e São Jorge, dividido por grupo de discussão.

PICO E
SÃO
JORGE

Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos

Informação a retificar/clarificar:

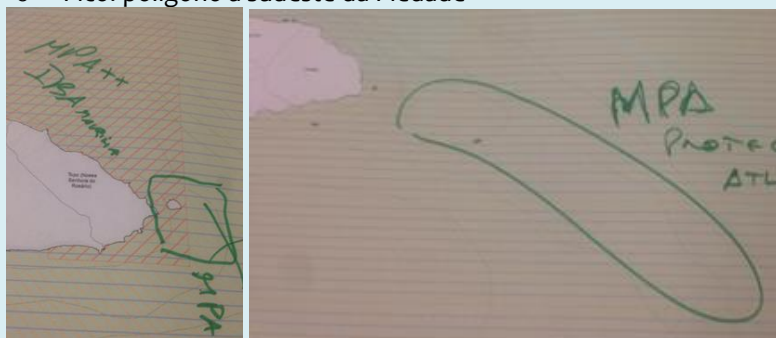
- As áreas assinaladas para a aquacultura, na Candelária e na Criação Velha, são consideradas áreas pouco propícias à aquacultura devido à exposição à agitação marítima e correntes
- Áreas compreendidas a leste de São Roque do Pico e das Lajes do Pico são consideradas propícias para aquacultura
- A zona in-shore da Praia do Almojarife foi considerada propícia para aquacultura



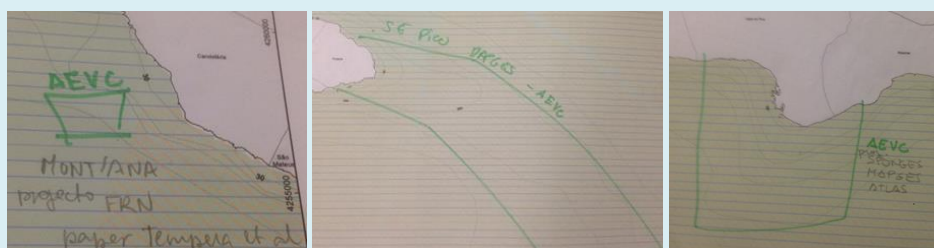
Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

Informação em falta:

- Identificadas três potenciais AMP:
 - São Jorge: polígonos a oeste e este do Topo (Nossa Senhora do Rosário)
 - Pico: polígono a sudeste da Piedade



- No Pico, identificação de três áreas de excepcional importância para a conservação ('Areas with exceptional value for conservation'): a oeste de Candelária, sul de Lajes do Pico e Leste de Piedade



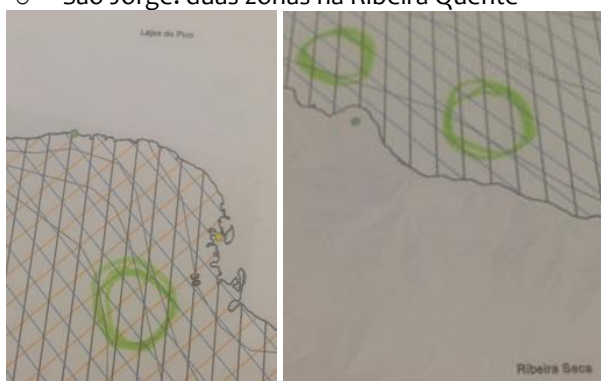
- No Pico, as áreas das Lajes e dos ilhéus da Madalena foram consideradas excecionais para o estudo de aves
- A IBA São Jorge Nordeste deveria ser alargada a sul



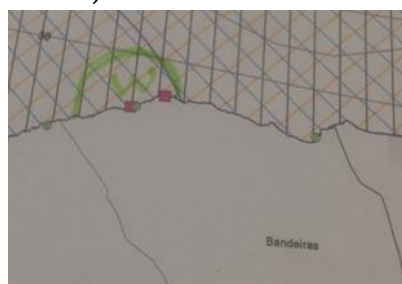
Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- Em São Jorge, foram assinaladas duas zonas com potencial balnear: a poça de Simão Dias e a zona do Topo
- Assinaladas áreas de fundeadouro para cruzeiros temáticos:
 - Pico: em São Caetano e nas Lajes do Pico
 - São Jorge: duas zonas na Ribeira Quente



- Assinalada zona com potencial para a prática de windsurf na costa norte do Pico, em Bandeiras, junto aos Portinhos do Cais do Mourato e da Formosinha (consultar clubes navais)



Sugestões/comentários:

- Há potencial para a criação de um parque arqueológico subaquático em São Mateus, no Pico



Tabela 20. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes às ilhas de Santa Maria e Formigas, dividido por grupo de discussão.

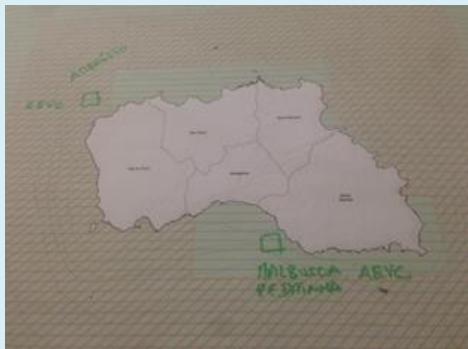
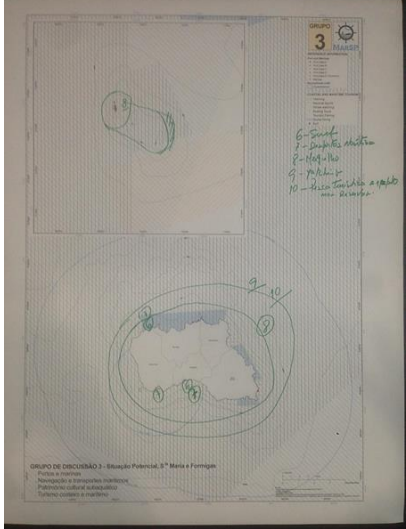
<p>SANTA MARIA E FORMIGAS</p>	<p>Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas</p>
<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A área em torno dos ilhéus das Formigas (limite oeste e norte, isóbata de 1000 m; limite sul e leste isóbata de 500 m) foi identificada como área de excepcional importância para a conservação • Foram identificadas duas áreas de excepcional importância para a conservação em Santa Maria: a sudoeste de Santo Espírito e a noroeste de Vila do Porto 	
<p>Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo</p>	
<p>Informação em falta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em redor de toda a ilha de Santa Maria, aproximadamente até à isolinha de três mn foi considerado como uma área potencial para yachting e pesca turística, exceto nas reservas • Assinalados spots de surf nos Anjos (Vila do Porto) e Praia Formosa (Almagreira), atendendo a que já existe a prática da atividade nestes locais • Desportos náuticos – falta assinalar os Anjos (Vila do Porto), praia Formosa (Almagreira) e Marina de Vila (Vila do Porto), já se pratica atualmente e tem infraestrutura para a prática da atividade • Mergulho – deve ser alargado à volta de toda a ilha. Do ponto de vista económico é viável a realização de mergulho em toda a ilha (zonas de fácil acesso) • Mergulho – nas Formigas há interesse em termos de biodiversidade marinha 	

Tabela 21. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Terceira, dividido por grupo de discussão.

<p>TERCEIRA</p>	<p>Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos</p>
------------------------	---

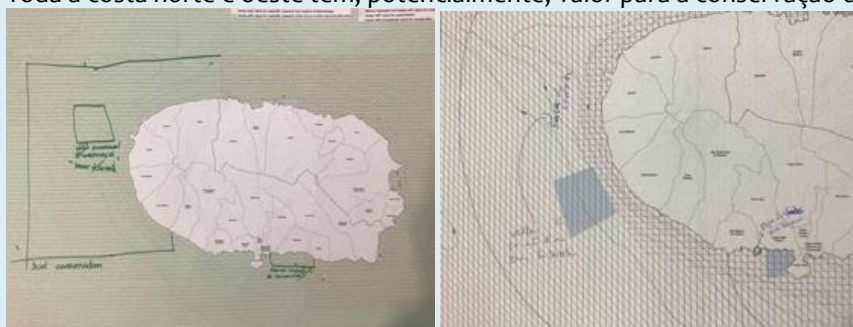
Conflito:

- Turismo vs Aquacultura: aquacultura de holotúrias na Baía do Filipe poderá ter eventuais conflitos com o turismo

Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas

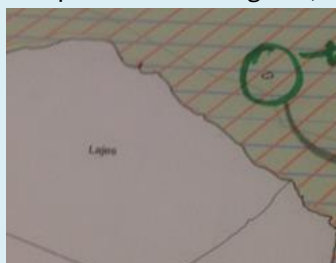
Informação em falta:

- Identificada potencial AMP em redor do ilhéu a nordeste das Lajes
- Identificada potencial zona costeira de conservação de espécies, importante para desova de tubarões (nursery) e tubarão martelo, entre a Serretinha e o Castelinho
- Identificada área com valor excepcional para a conservação de pelágicos, na baixa da Serreta, a noroeste da Serreta
- AMP ampliar costa leste/norte
- Investigação científica e biotecnologia marinha
- Toda a costa norte e oeste tem, potencialmente, valor para a conservação de aves



Conflito:

- Conservação vs pesca vs mergulho: potencial conflito no ilhéu a nordeste de Lajes, com pesca e com mergulho, se for AMP restritiva



Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- A Poça dos Frades, em São Pedro, foi identificada como potencial zona balnear

Tabela 22. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha de São Miguel, dividido por grupo de discussão.

Pesca; Aquacultura; Recursos minerais não metálicos

**SÃO
MIGUEL**
Informação a retificar/clarificar:

- Não concordaram com a área potencial para a extração comercial de areia ao largo da Povoação e do Faial da Terra

Investigação científica e biotecnologia marinha; Conservação ambiental e Áreas Marinhas Protegidas
Informação em falta:

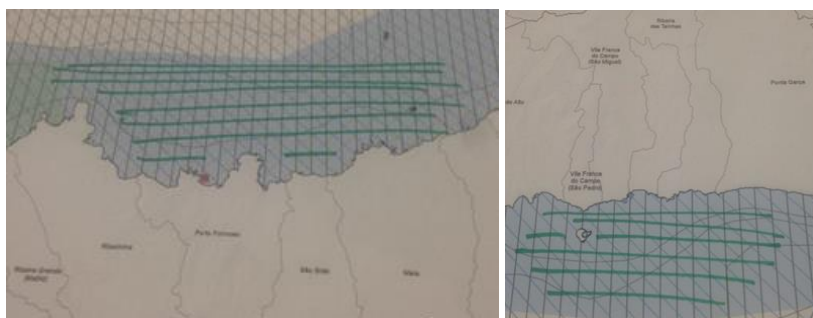
- A costa leste foi assinalada pela relevância para o estudo e conservação de aves marinhas
- Assinalada a Baixa da Sabrina como zona potencial para mergulho e para investigação científica


Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo
Informação em falta:

- Assinaladas zonas potenciais para fundeadouros:
 - Instalação de zona de fundeadouro para mega-iates no ilhéu de Vila Franca
 - Instalação de fundeadouro nas proximidades de Água d'Alto



- Assinaladas zonas potenciais de yachting:
 - Uma área a norte (Ribeirinha, Porto Formoso, São Brás e Maia) e uma a sul (Vila Franca do Campo (São Pedro, São Miguel), Ribeira das Tainhas e Ponta Garça)



- Qualquer porto da costa sul tem potencialidade para a prática de yachting, pois detém os meios e recursos apropriados (Ponta Delgada, Vila Franca, Povoação e Ribeira Quente)
- Assinaladas zonas potenciais para desportos náuticos:
 - Os portos de Lagoa, Ribeira Quente, Ponta Delgada, Vila Franca, Rabo de Peixe e Povoação têm meios, recursos e infraestruturas adequadas para a prática da atividade (e.g. clubes náuticos, projetos desportivos escolares, recursos humanos, etc.)
- Assinaladas zonas potenciais para turismo e pesca turística, desportiva e lúdica: a costa sul tem potencialidade para a pesca e para o turismo, porque tem boas infraestruturas, embarcações turísticas e recursos naturais
- Assinaladas zonas potenciais para mergulho:
 - Zonas da baixa de Santo António e das Capelas, pois são zonas de formações geológicas subaquáticas com interesse político
 - zonas com batimetria superior dos 150 metros não faz sentido para o mergulho e *free-diving*
 - Bancos submarinos próximos de ilhas e ilhéus (ex. Dollabarat), que já são utilizados para este fim
- Assinaladas zonas potenciais para surf: a zona de Água d'Alto, pois é a praia com maior extensão de areia e com condições naturais para a prática do surf

Informação a retificar/clarificar:

- Zonas com batimetria superior aos 150 metros não devem estar assinaladas para o mergulho e *free-diving*
- A área identificada na costa norte, desde a Lomba da Maia até à Água Retorta, na costa este, com uma distância de aproximadamente 3-5mn da costa, foi considerada sem potencial para o mergulho devido à dificuldade de acesso e à inviabilidade económica

Conflito:

- Pesca vs turismo: se as atividades de pesca fossem condicionadas a uma distância de, pelo menos, meia milha náutica da costa (zona tampão) evitar-se-iam potenciais conflitos com a atividade de mergulho (nas ilhas, excluindo situações especiais, como os ilhéus)

Tabela 23. Contributos dos participantes resultantes da Dinâmica 3 (Faial, São Miguel e Terceira), referentes à ilha Graciosa, dividido por grupo de discussão.

GRACIOSA Portos e marinas; Navegação e transportes marítimos; Património cultural subaquático; Turismo costeiro e marítimo

Informação em falta:

- A Baía da Folga foi identificada como potencial zona balnear
- Foram identificadas três potenciais zonas para desportos náuticos na costa norte



The main goal of the 3rd Dynamic was to validate and discuss the potential of each sector for each working group. The maps used in this activity are a compilation of data from official sources and information collected in interviews with local representatives. During this dynamic, there were three questions to guide the participants, namely: i) Are there any uses/activities missing? ii) Are you in agreement with the potential situation represented on the maps? and; iii) What spatial conflicts may eventually take place between the uses/activities?

There were a range of contributions from different working groups. However, in a general way, the most mentioned activities/uses were environmental conservation and MPAs, tourism and nautical sports.

The data resulting from the development of this Dynamic will be analysed and integrated into the final reports and maps of the MarSP project.

Dinâmica 4

A Dinâmica 4, “Discussão de boas práticas setoriais”, teve como objetivo identificar as perceções dos participantes acerca das boas práticas para cada um dos setores identificados para os Açores.

Para esta dinâmica, não foram apresentadas propostas prévias de boas práticas setoriais aos participantes. Ao invés, foi solicitado aos participantes que começassem por discutir aos pares uma proposta de boas práticas para os setores em análise no seu grupo de discussão. As várias propostas resultantes seriam depois apresentadas e discutidas em grupo em cada uma das mesas. A proposta final de boas práticas de cada mesa foi a resultante do consenso de todos os participantes da mesa. Durante a discussão, foi solicitado aos participantes que considerassem as seguintes questões:

(I) Que boas práticas existem ou deveriam ser implementadas nos Açores, para cada um dos setores?

- Práticas da parte da administração?
- Práticas da parte dos atores (operadores/utilizadores do espaço marítimo)?
- Conhece algumas referências/fontes de informação que suportem essas boas práticas?

(II) Que práticas aplicadas atualmente nos Açores devem ser perpetuadas e tidas como boas práticas e quais devem ser descontinuadas?

- Práticas da parte da administração?
- Práticas da parte dos atores (operadores/utilizadores do espaço marítimo)?

As propostas de boas práticas, assim como comentários adicionais dos participantes, quando existentes, foram registados pelos moderadores. De uma forma geral, devido ao número de participantes, o workshop no Faial registou um maior número de comentários e propostas de boas práticas, seguido de São Miguel e da Terceira (Figura 9A). Quando analisado por grupo de discussão, o G3, que incluía também o maior número de setores (quatro setores de atividade), foi o grupo de discussão de onde resultaram mais propostas, seguido do G2 e do G1 (Figura 9B). Relativamente à análise por setor de atividade (Figura 10), a maioria das propostas referiu-se a boas práticas transversais a vários setores. Os restantes setores com maior número de contributos foram, respetivamente: conservação ambiental e AMP, pescas e aquacultura e investigação científica e biotecnologia marinha. As propostas de boas práticas apresentam-se nas Tabelas 24 a 32.

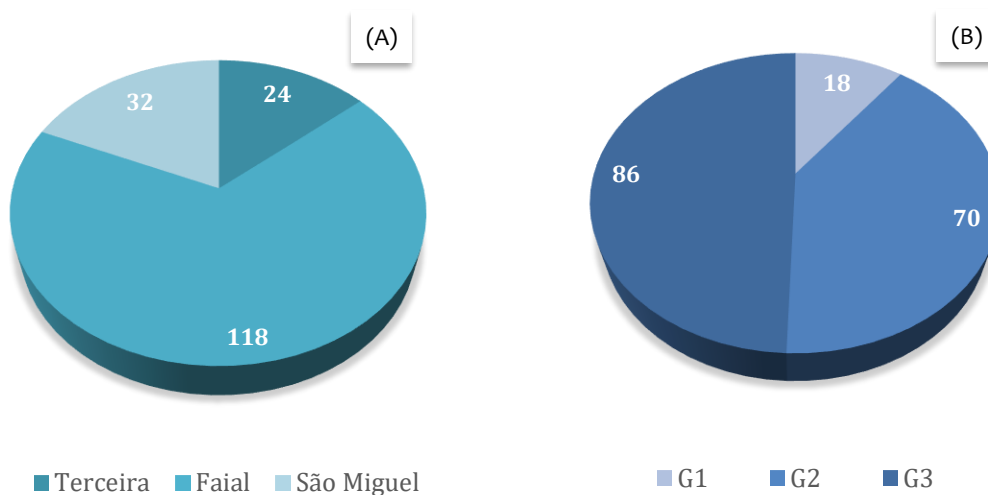


Figura 9. Número de contributos dos participantes (A) por ilha e por (B) grupo de discussão (G1: pescas, aquacultura e recursos minerais não metálicos; G2: investigação científica e biotecnologia marinha e conservação ambiental e AMP; G3: portos e marinas, navegação e transportes marítimos, património cultural subaquático e turismo costeiro e marítimo).

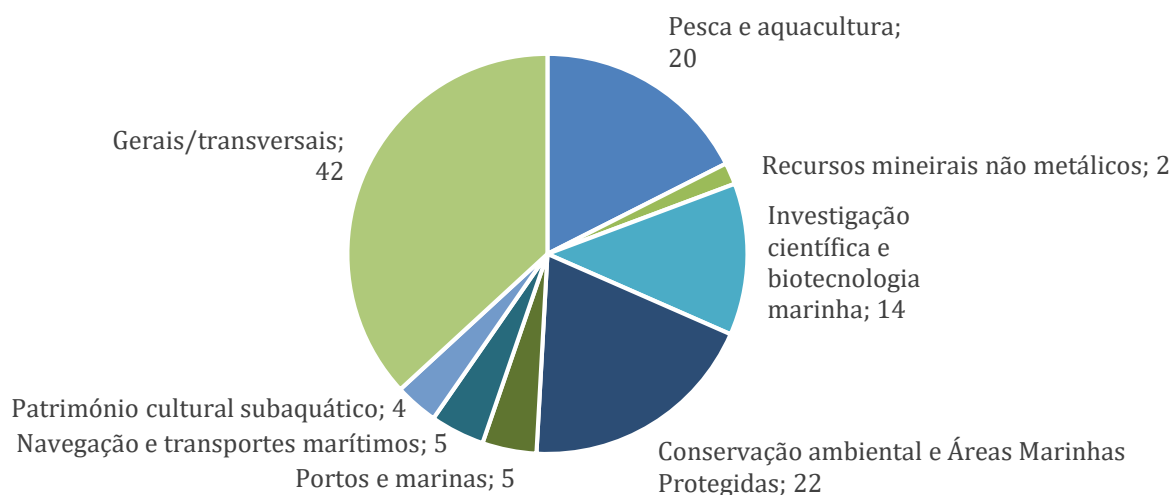


Figura 10. Número de contributos dos participantes por setor de atividade (o número de comentários é inferior aos da Figura 9 por não contabilizar propostas de boas práticas repetidas).

GERAIS/TRANSVERSAIS

Tabela 24. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores com aplicação a vários setores ou a nenhum especificamente.

Administração Pública Regional/Central

- Promover a troca de informação entre setores e entre cada setor e a administração
- Promover, continuamente, o envolvimento do público em processos participativos de projetos de ordenamento e gestão
- Oferecer contrapartidas para fomentar a participação das partes interessadas (e.g. sistema de certificação e reconhecimento dos interessados)
- Criar um quadro legal que aborde melhor as questões de ética e direito de propriedade
- Estabelecer normas simples, claras, concisas e de aplicação real, como, por exemplo, a demarcação das áreas ser feita da forma mais simples possível
- Melhorar a comunicação no que se refere à legislação, numa ótica de clarificação dos aspetos legais
- Optar pela simplificação e identificação clara da distribuição de competências (e.g. zona cinzenta de competências entre as autoridades portuárias e a autoridade marítima; ou competências da república e competências do governo regional)
- Estabelecer que as autorizações/licenças para a realização de campanhas científicas deveriam ser contínuas, ainda que regularmente atualizadas
- Implementação de protocolo de autorização no “seio” de cada atividade e entre ilhas
- Realizar estudos para a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para todas as atividades marítimas
- Garantir a suplementação dos programas de monitorização e avaliação de impacte de usos/atividades, incluindo investigação e prospeção sísmica-geológica
- Utilização de terminologia coerente na comunicação ao público em geral
- Privatização de águas
- Implementação de fiscalização anual preventiva, além da criação de uma inspeção geral/regional do mar, numa visão mais abrangente e integrativa

- Realização de fiscalização anual *in loco* regular, com ou sem previsão (inspetores, polícia marítima, etc.)
- Criação de uma plataforma de queixas online que permita que a população submeta denúncias
- Realização de ações de sensibilização, por parte da administração pública com competências na área, junto de todos os atores envolvidos nas atividades relacionadas com o mar, no sentido de dar a conhecer o quadro legal aplicável e as implicações do seu cumprimento para a salvaguarda da integridade ambiental marinha
- Criação de programas de educação para as escolas, sensibilizando os mais jovens
- Ações de sensibilização para a orla costeira, na função pública e nas escolas básicas, para as questões ambientais com impacte no meio ambiente (e.g. Vila do Porto foi considerada em 2018 como o concelho mais azul)
- Promover ações de formação acreditadas para professores, jornadas ambientais, entre outras
- Promoção de ações de formação e de sensibilização: divulgação de implementação de boas medidas e boas práticas sociais, económicas, ambientais, segurança; sessões de esclarecimento
- Implementar formação a nível ambiental para os profissionais em todas as áreas
- Desenvolvimento de uma estratégia de plataforma de comunicação centralizada
- Adotar uma abordagem de centralização numa só entidade dos contatos com a comunidade, de forma a divulgar consistentemente a informação relevante. Por exemplo:
 - . Publicidade dos meios de comunicação (exemplo: boletim) sobre boas práticas, notícias relevantes, comunicação de medidas, divulgação de alterações à lei, assuntos de interesse sobre o mar
 - . Difundir uma circular para entre os membros, armazenada num website
 - . Explorar o potencial das redes sociais (até de forma automática)
 - . Oferta diversificada de temáticas para assinantes escolherem as suas preferências
- Atualização das boas práticas com informação mais recente, numa abordagem adaptativa
- Estabelecimento de incentivos à responsabilidade social das empresas
- Criar um prémio de boas práticas
- Explorar o conceito de ecofreguesias
- Explorar a energia eólica nas ilhas como caminho para a descentralização

Atores

- Recolha e classificação do lixo de forma sistemática, com metas de reciclagem
- Participação em ações ambientais e comunitárias
- Continuar a zelar pelo espaço marinho com a promoção de medidas como, por exemplo, a assinatura de um termo de responsabilidade para que os utilizadores não perturbem os locais, a não ser fotografar e recolher lixo
- Colaborar com outras entidades para o cumprimento das regras estabelecidas, numa ótica de cidadania ativa
- Ajudar a promover a literacia dos oceanos
- Promover mais partilha de informação (e.g. todos os operadores marítimos deveriam ser mais cooperativos)
- Criar e dinamizar associações setoriais

PESCAS e AQUACULTURA

Tabela 25. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para os setores da pesca e aquacultura.

Administração Pública Regional/Central

- Restringir artes não seletivas como as redes de emalhar, incentivando artes mais seletivas e de melhor rentabilidade
- Promoção da manutenção de artes tradicionais na pesca, como linha e anzol

<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver mecanismos de regulação do mercado para não deixar o preço do pescado baixar demasiado • Balancear melhor a atribuição de licenças • Instaurar preços mínimos em lota • Evitar o fecho dos bancos de pesca sem qualquer comunicação aos pescadores • Promover/melhorar a comunicação dos resultados de investigação aos pescadores, nomeadamente em relação a períodos de defeso • Criação de um registo das capturas para a pesca lúdica • Desenvolver um manual de boas práticas para a pesca lúdica (também para a administração) e, ao mesmo tempo, sensibilizar e formar os pescadores lúdicos • Promover a reciclagem de lixo a bordo e, fundamentalmente, evitar a descarga de resíduos no mar • Promover a certificação de qualidade, ou selo de qualidade, dos produtos comercializados, para garantir sustentabilidade • Incentivar a investigação da aquacultura nos Açores, onde a investigação localizada é escassa • Análisar o potencial dos resíduos gerados pela aquacultura • Implementar estudos de impacte ambiental da aquacultura • Existência de técnicas na administração para a fiscalização de aquaculturas de algas • Priorizar a educação de pescadores, para uma melhor compreensão das medidas restritivas e de conservação
Atores
<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento adequado de resíduos • Respeitar as medidas restritivas e de conservação • Melhorar o acondicionamento do pescado • Respeitar o uso predominante dos portos de pesca, em atenção a eventuais conflitos com usos balneares

RECURSOS MINERAIS

Tabela 26. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor dos recursos minerais não metálicos.

Administração Pública Regional/Central
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar zonas com necessidades de reconversão e realizar estudos sobre estas (e.g. Vila Franca do Campo, Ribeira Quente, Areal de Santa Bárbara) • Realizar estudos de impacte ambiental para a extração de inertes
Atores
<p>-</p>

PORTOS E MARINAS

Tabela 27. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor dos portos e marinas.

Administração Pública Regional/Central
<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de dispositivo automático de remoção de dejetos/óleos (autoridade portuária)

- Sinalização nos portos e sensibilização para a segurança, como por exemplo a utilização de coletes de sinalização
- Implementar protocolos de biossegurança nos portos para prevenção de espécies não indígenas
- Atendendo a que nos portos pode existir espaço para utentes que viagem de barco (Atlanticoline), onde estes esperam algum tempo para embarcar, converter esses locais em espaços educativos relativamente simples, semelhantes a um centro interpretativo, onde as pessoas tomem conhecimento da história e arqueologia existente ao largo de cada ilha e das histórias do imaginário popular que existem sobre o mar
- Ponderar aumentos na atribuição de licenças, para acautelar a preservação dos recursos e para evitar a ultrapassagem de capacidade de carga, nomeadamente dos portos

Atores

- Recolha e classificação do lixo de forma sistemática
- Respeitar o uso predominante dos portos de pesca, em atenção a eventuais conflitos com usos balneares

NAVEGAÇÃO E TRANSPORTE MARÍTIMO

Tabela 28. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor da navegação e dos transportes marítimos.

Administração Pública Regional/Central

- Colocação de instrumentos nas embarcações desportivas, ou de qualquer atividade marítimo-turística, que registem a localização, para conhecer os locais usados e a intensidade de uso
- Reavaliar o aumento da atribuição de licenças de forma a acautelar a preservação dos recursos e para evitar a ultrapassagem de capacidade de carga, nomeadamente dos portos
- Promoção da reciclagem de lixo a bordo e, fundamentalmente, evitar a descarga de resíduos no mar
- Disponibilização de contentores de lixo especificamente para os cruzeiros
- Definir corredores de transporte de tráfego marítimo para limitar os conflitos que poderão existir entre atividades

Atores

-

TURISMO COSTEIRO E MARÍTIMO

Tabela 29. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o setor do turismo costeiro e marítimo.

Administração Pública Regional/Central

- Aumento da oferta de transporte público e aluguer de automóveis
- Incentivar a reabilitação urbana e reutilização de água para alojamentos turísticos
- Imposição de limites às atividades náuticas e turísticas de modo a manter a sustentabilidade ambiental e qualidade de vida dos residentes
- No âmbito do desporto, criarem-se apoios que apenas são concedidos através do cumprimento de requisitos e obrigações que qualificam a atividade (e.g. existência de trípodes, prática desportiva com frequência semanal, participação em competições, cumprimento de obrigações legais de requisição de licença/autorização)

- Definição de capacidades de carga para limitar a visitação e turismo
- Plano Regional Turismo deve incluir informação relativa às capacidades de carga, com base em investigação científica sobre impactes do turismo em áreas protegidas (e.g. perturbação de colónias de aves)
- Regulação do número de navios de cruzeiros, através de definição de capacidades de carga e controle de período de permanência (e.g. mais tempo e menos entradas), revertendo a cobrança de taxas de entrada para a conservação
- Disponibilização, pelas empresas responsáveis por atividades marítimas, de sacos de lixo para os turistas

Atores

- Fazer cumprir o código de conduta da observação de cetáceos
- No âmbito da atividade de observação de cetáceos, promover a recolha de lixo marinho durante o percurso

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E BIOTECNOLOGIA MARINHA

Tabela 30. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para os setores da investigação científica e biotecnologia.

Administração Pública Regional/Central

- Criação de uma base de dados das entidades que realizam estudos em áreas semelhantes, para promover a cooperação e evitar a duplicação de trabalho
- Promover a divulgação e comunicação de ciência através de uma plataforma de divulgação, com informação mais centralizada e com linguagem adequada ao público acerca das componentes científicas (técnica/especializada), além de conteúdos alternativos e didáticos com linguagem não técnica
- Promover a transferência de conhecimento para os cidadãos
- Desenvolver iniciativa de comunicação de ciência que integrasse aspetos de governança, participação pública e disseminação científica, ligada à comunidade escolar e ao ensino e capacitação técnica sobre assuntos da conservação do mar
- Definição de códigos de conduta para:
 - i. Investigação em animais selvagens
 - ii. Mergulho
 - iii. Vetores de introdução de espécies não indígenas
 - iv. Utilização de material científico de forma mais sustentável
 - v. Os investigadores e população em geral motivados através de incentivos não monetários
- Boas práticas para a investigação:
 - i. Seguir códigos de conduta OSPAR (e.g. investigação do mar profundo)
 - ii. Seguir a legislação da RAA para amostragem científica e AMP
 - iii. Seguir regras de experimentação
 - iv. Seguir os códigos de ética das universidades
 - v. Transparência na investigação e partilha de dados
 - vi. Implementação de um fluxograma dos procedimentos para os órgãos científicos por parte da administração (e.g. amostragem)
 - vii. Agilizar o processo de pedidos à administração e melhorar a sua eficiência
- Promoção e divulgação de oportunidades para observadores (investigadores) a bordo de navios internacionais, com o objetivo de estimular a partilha de conhecimento, metodologias e a criação de sinergias
- Identificação no geoportal SIGMAR-Açores dos projetos de investigação e zonas piloto
- Aumentar sinergias dentro do Governo Regional dos Açores nas áreas do ambiente, educação, cultura, etc.
- Definir limites para a investigação com fins comerciais

Atores

- Assegurar que os resultados de estudos e pesquisas são partilhados com a sociedade e os públicos-alvos utilizando linguagem acessível
- Comunicação com empresários do setor marítimo para facilitar a recolha de informação estatística
- Reduzir a iliteracia científica (e.g. disseminação de informação incorreta nas redes sociais)

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

Tabela 31. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, para o património cultural subaquático.

Administração Pública Regional/Central

- Acautelar, em todas as áreas portuárias históricas, a realização de trabalhos de arqueologia subaquática prévia à conclusão de projetos, antecedendo possíveis danos ao património
- Converter em diploma legal o “Manual de Boas Práticas do Património Cultural Arqueológico Subaquático dos Açores), protocolado entre a Direção Regional da Cultura e a Associação de Operadores de Mergulho dos Açores, e a “Carta Arqueológica Subaquática dos Açores”, premiada pela UNESCO em 2019
- Atendendo a que as zonas portuárias são as áreas que maior número de naufrágios apresentam, documentados historicamente, deverá ser criada legislação mais permissiva que alie os usos portuários habituais à possibilidade de fruição do património cultural subaquático existente nessas áreas
- Promover limpezas subaquáticas periódicas, com vista à recolha de resíduos prejudiciais ao meio ambiente, em articulação com artistas contemporâneos, que através do confronto pela arte, desenvolvam projetos com o objetivo de alterar comportamentos

Atores

-

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Tabela 32. Propostas de boas práticas por parte da administração e dos atores, no âmbito da conservação ambiental e das Áreas Marinhas Protegidas.

Administração Pública Regional/Central

- Fiscalização e programas de monitorização constantes, definindo áreas prioritárias (periódicas e de longo-termo)
- Aumentar a fiscalização das AMP
- Uso de indicadores de sustentabilidade e impacte ambiental para o licenciamento das atividades através da avaliação. Atividades e/ou utilizadores com melhor avaliação teriam prioridade na obtenção de licença de atividades, caso houvesse limitação do número de licenças
- Atribuir certificação/distinções azuis ou verdes para empresas, projetos, campanhas que implementam boas práticas ambientais
- Aplicação de sanções em caso de incumprimento com as regras de utilização dos espaços (e.g. colocar lixo na cratera da montanha do Pico e na caldeira do Faial)
- Realização de ações de sensibilização, por parte da administração pública com competências na área, junto de todos os atores envolvidos nas atividades relacionadas com o mar, no sentido de dar a conhecer o quadro legal aplicável e as implicações do seu cumprimento para a salvaguarda da integridade ambiental marinha

- Aplicação de uma taxa de utilização a todos os atores que utilizem/usufruem de recursos marinhos, que seria posteriormente utilizada para financiamento de programas de monitorização (utilizador-pagador)
- Sensibilizar para minimizar e reduzir os impactos de origem terrestre no meio marinho (e.g. resíduos, agricultura, etc.)
- Atribuição de recompensas aos pescadores que ajudam à recolha de lixo marinho
- Criar penalizações para responsabilizar os governantes pela proteção das AMP
- Considerar a criação de AMP dinâmicas
- Priorizar as seguintes ações na gestão de AMP:
 - i. Definição de planos de gestão
 - ii. Definição de objetivos e indicadores, planos de monitorização, abordagem de gestão adaptativa (com base em resultados da investigação)
 - iii. Envolvimento da sociedade civil
 - iv. Partilha de informação ambiental, que deve estar disponível a todos (e.g. Convenção Aarhus)
 - v. Instalar mais placas de biossegurança
 - vi. Revisão/atualização dos limites das AMP, tendo em conta informação disponível sobre os habitats, espécies e ecossistemas
- Esterilização de gatos e cães, animais domésticos, em todas as ilhas, devido aos impactos nas aves e na saúde pública
- Dar continuidade a projetos/inciativas essenciais à conservação (e.g. monitorização)
- Realizar AIA para projetos de investigação e prospeção
- Avaliar as pressões e impactos das atividades humanas nas populações animais residentes, como cetáceos
- Avaliar o impacto de atividades como a visitaçãõ turística (e.g. Ilhéu da Praia, na Graciosa)

Atores

- Criação de uma associação de empresas de observação de cetáceos, para discutir o quadro legal
- Boas práticas para empresas em eficiência energética e redução da poluição luminosa
- Reduzir a produção de lixo e, em especial, reduzir equipamentos com elevados consumos de recursos

Estes resultados serão integrados nas fases subseqüentes do projeto MarSP.

These results will be integrated in the subsequent phases of the MarSP project.

Considerações Finais

O Workshop decorreu de acordo com a programação estabelecida, tendo-se registado um aumento do número de participantes na ilha do Faial devido à integração do Workshop na agenda da conferência internacional “Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas”. De maneira geral, os intervenientes mostraram uma postura participativa, tendo sido cumpridos todos os objetivos estipulados para o evento. A colaboração dos participantes contribuiu para a validação da informação que será posteriormente integrada nos resultados finais do projeto MarSP. A forma de integração dos resultados do Workshop no processo de OEMA será definida pela entidade com competência na matéria.

Final considerations

The Workshop occurred according with the program, with an increase in the number of participants in the Faial island due to the Workshop integration on the international conference “Ocean Governance in Archipelagic Regions”. Participants were very willing to participate, and all the goals of the event were accomplished. The discussion has given important contributions to the validation of the information that will later be integrated into the MarSP project results. The integration of the results of the Workshop into the OEMA process will be defined by the entity with competence in this matter.

Agradecimentos

A equipa do MarSP gostaria de agradecer a todos os participantes pela participação, contributos e empenho durante o Workshop. A equipa agradece ainda a todos os moderadores que aceitaram o desafio proposto: Adriana Ressurreição, Ana Costa, Andrea Zita Botelho, Carlos Pereira da Silva, Carolina Parelho, Catarina Frazão Santos, Cristiano Sousa, Daniela Gabriel, Deborah Estima, Eliana Pereira, Fabiana Moniz, Helena Cepêda, Hugo Diogo, Javier García Sanabria, Joana Miodonski, Jorge Gonçalves, José Macedo, Manuela Parente, Marco Santos, Maria Adelaide Ferreira, Maria Anunciação Ventura, Maria Magalhães, Marinez Scherer, Nuno Álvaro, Sandra Monteiro, Sofia Garcia e Vanda Carmo. E, por último, um agradecimento a todos os restantes envolvidos na organização deste evento.